

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

VICTOR JOSÉ MORAES DE OMENA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO COMBATE A POBREZA
EM REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS: O CASO DAS COOPERATIVAS DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ALAGOAS NO ANO DE 2021.**

Maceió
2023

VICTOR JOSÉ MORAES DE OMENA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO COMBATE A
POBREZA EM REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS: O CASO DAS
COOPERATIVAS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE
ALAGOAS NO ANO DE 2021.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do grau de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Rita Milani

Maceió

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Livia Silva dos Santos - CRB 1670

O55e Omena, Victor José Moraes de.

Economia solidária como alternativa ao combate a pobreza em regiões subdesenvolvidas: o caso das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Alagoas no ano de 2021 / Victor José Moraes de Omena. – 2023.
80 f.:il.

Orientadora: Ana Maria Rita Milani.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Economia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 77-80

1. Economia solidária. 2. Economia subdesenvolvida. 3. Materiais recicláveis - Catadores. I. Título.

CDU: 330.342.21(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

VICTOR JOSÉ MORAES DE OMENA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO COMBATE À POBREZA EM
REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS: O CASO DAS COOPERATIVAS DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ALAGOAS NO ANO DE 2021

Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 28 de agosto de
2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANA MARIA RITA MILANI
Data: 30/08/2023 20:38:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dra. Ana Maria Rita Milani (PPGE/FEAC/UFAL)
– Orientadora –

Documento assinado digitalmente
 VERONICA NASCIMENTO BRITO ANTUNES
Data: 30/08/2023 17:02:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dra. Verônica Nascimento Brito Antunes (PPGE/FEAC/UFAL)
– Examinadora Interna –



Documento assinado digitalmente
Marlene Grae
Data: 28/08/2023 16:17:15-0300
CPF: ***.979.489-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>
Prof^a Dra. Marlene Grae (UFSC)
– Examinadora Externa –

*“Chega sempre a hora em
que não basta apenas
protestar: após a filosofia, a
ação é indispensável”.*

(Victor Hugo)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registrado os meus mais sinceros agradecimentos a todos que participaram de alguma forma de mais essa etapa na construção da minha formação acadêmica.

Agradecer a minha mãe, Maria José Moraes de Omena, por todo o seu amor e dedicação a mim e por me inspirar com sua garra e coragem. Ao meu pai, Alcides José de Omena Neto, por ser o amigo de todas as horas e aquele que mais me incentivou a enfrentar esse desafio. A todos os meus familiares que me apoiaram com palavra de conforto e incentivo.

A minha esposa, Mariana Lima Lopes Lobo, por ser o meu porto seguro. Sua presença ao meu lado tem sido a fonte das minhas forças e inspiração para prosseguir acreditando em meus sonhos. Meus filhos Miguel e Antônio, que são a razão de todo o meu viver, é por eles cada novo passo dado.

A minha orientadora Dra. Ana Maria Rita Milani, pela condução do trabalho, por sua paciência e amizade. Seus ensinamentos e sua visão do mundo vão além do presente trabalho e os levarei comigo para toda a vida.

A todos os professores com os quais tive oportunidade de compartilhar de seus ensinamentos nesse programa de mestrado.

Aos colegas e amigos do mestrado, que mesmo juntos apenas em salas virtuais, não impediu que fossem criados laços de respeito e companheirismo.

A Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego e a Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL (ITS-FEAC-UFAL), que juntas desenvolveram esse importante trabalho junto as cooperativas e cederam os resultados, que foram a base dessa dissertação.

As cooperativas e seus integrantes que dividiram suas experiências, permitindo que esse trabalho fosse realizado.

RESUMO

Os problemas de origem social e econômica existentes em economias subdesenvolvidas, é em parte consequência do processo de concentração de riqueza por uma parcela minoritária da população. Uma das características que pode ser observada em economias subdesenvolvidas, é em relação a sua mão-de-obra que, em geral, apresentam uma oferta ilimitada e de baixa qualificação. Embora no decorrer do período que compreende os anos de 2010 e 2020 tenham existido melhoras em alguns indicadores sociais e econômicos no Brasil, o país ainda apresenta uma elevada taxa de desemprego e de desigualdade social, fazendo com que uma grande parte da sua população viva em condições de pobreza, por consequência do modelo econômico vigente. Na contramão desse modelo competitivo de produção, observamos o surgimento de formas solidária de produção, onde a parcela excluída da sociedade encontra oportunidade através da união dos indivíduos em empreendimento que tem por objetivo a geração de emprego e renda. Com base em uma metodologia qualitativa e de caráter descritivo, o trabalho tem como objetivo geral caracterizar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Alagoas, analisando o perfil socioeconômico dos integrantes desses empreendimentos, buscando salientar questões de produção, renda e vulnerabilidade.

Palavras-chave: economia solidária, Alagoas, catadores de materiais recicláveis.

ABSTRACT

The problems of social and economic origin existing in underdeveloped economies are, in part, a consequence of the process of concentration of wealth by a minority portion of the population. One of the characteristics that can be observed in underdeveloped economies is in relation to their labor force, which, in general, has an unlimited supply and low qualification. Although over the period comprising the years 2010 and 2020 there have been improvements in some social and economic indicators in Brazil, the country still has a high rate of unemployment and social inequality, causing a large part of its population to live in conditions of poverty, as a result of the prevailing economic model. Against the grain of this competitive model of production, we observe the emergence of solidary forms of production, where the excluded part of society finds opportunity through the union of individuals in an enterprise whose objective is to generate employment and income. Based on a qualitative and descriptive methodology, the work has the general objective of characterizing the cooperatives of recyclable material collectors in Alagoas, analyzing the socioeconomic profile of the members of these enterprises, seeking to highlight issues of production, income and vulnerability.

Keywords: solidary economy, Alagoas, collectors of recyclable materials.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Quantidade de Trabalho.....	16
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alagoas: Percentual da população em relação ao rendimento domiciliar per capita mensal entre 2012 e 2020.....	55
Tabela 2 – EES mapeadas no Brasil por Unidade da Federação, Área de Atuação e Forma de Organização. Ano(s): 2009 a 2013.....	57
Tabela 3 – Motivos para a criação das EES no Brasil e Alagoas. Ano(s): 2009 a 2013.....	58
Tabela 4 – Brasil: Indicadores socioeconômicos dos catadores de materiais recicláveis. Ano: 2013.....	62
Tabela 5 – Cooperativas e associações de catadores de recicláveis de Alagoas.....	64
Tabela 6 – Alagoas: Quantidade total e percentual dos EES e dos seus membros entrevistados por Município.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Taxa de desocupação e subocupação 2012 e 2021.....	52
Gráfico 2 – Brasil: Percentual da população na linha da pobreza entre 2012 e 2020.....	53
Gráfico 3 – Brasil: Percentual da população abaixo da linha da pobreza entre 2012 e 2020.....	53
Gráfico 4 – Taxa de desocupação no Brasil e Alagoas entre 2012 e 2021.....	54
Gráfico 5 – Valores em milhões de reais, investidos pelo governo federal no projeto de fomento e fortalecimento da economia solidária, associativismo e cooperativismo entre 2016 e 2022.....	59
Gráfico 6 – Alagoas: Catadores de materiais recicláveis por gênero (%).....	67
Gráfico 7 – Pirâmide da faixa etária dos catadores de materiais recicláveis de Alagoas...67	
Gráfico 8 – Alagoas: percentual dos catadores de materiais recicláveis por grau de escolaridade.....	68
Gráfico 9 – Alagoas: Renda pessoal dos catadores de materiais recicláveis.....	69
Gráfico 10 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que possuem outra atividade profissional.....	69
Gráfico 11 – Alagoas: Percentual dos integrantes dos EES que são cadastrado em um ou mais programas sociais.....	70
Gráfico 12 – Realização de assembleias nos EES entrevistados.....	71
Gráfico 13 – Frequência das assembleias nos EES entrevistados.....	71
Gráfico 14 – Frequência da participação dos catadores de materiais recicláveis nas assembleias dos EES.....	72
Gráfico 15 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que disseram existir confiança no trabalho entre os cooperados.....	73
Gráfico 16 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que se acham responsáveis pelo que acontece no EES.....	73
Gráfico 17 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que disseram que as informações sobre a cooperativa são de conhecimento de todos.....	74
Gráfico 18 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que possuem conhecimento sobre a produção e o rendimento do EES.....	74

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de
Autogestão	
ASMARE	Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
Socioeconômicos	
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EPI	Equipamento de proteção individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organizações não governamentais
PEV	Pontos de Entrega Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SECOM	Secretaria de Estado da Comunicação de Alagoas
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente de Alagoas
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETE	Secretaria do Trabalho e do Emprego de Alagoas
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	5
1.1 Conceito de desenvolvimento.....	6
1.2 Economias subdesenvolvidas.....	9
1.3 Economias com oferta ilimitada de mão de obra	16
1.4 O trabalho de Lewis segundo Boianovsky.....	22
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
2.1 Introdução a economia solidária.....	25
2.1.1 Etapas de formação dos empreendimentos solidários.....	28
2.1.2 Características principais dos empreendimentos solidários.....	29
2.1.3 Finalidade dos empreendimentos solidários.....	33
2.2 Formação histórica.....	39
2.3 Economia solidária e o combate às desigualdades.....	42
3. AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS	51
3.1 O atual cenário de emprego e renda no Brasil e em Alagoas.....	51
3.2 A economia solidária hoje.....	55
3.3 As cooperativas de catadores de recicláveis de Alagoas.....	59
3.3.1 A luta dos catadores.....	59
3.3.2 Dados das cooperativas.....	63
3.3.3 Perfil socio econômico dos integrantes.....	64
3.3.4 A autogestão nos EES de catadores de reciclável de Alagoas.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Os problemas de origem social e econômica existentes em economias subdesenvolvidas, é em parte consequência do processo de concentração de riqueza nas mãos de uma minoria da população. Esse capital acumulado, quando não convertido em projetos de desenvolvimento econômico para a região, mantém a economia estagnada e dependente de atividades primárias como a agricultura, ou atividades industriais de pouco valor agregado, gerando uma dependência externa e relegando a maior parte da população a viver em atividades de baixa remuneração ou de subsistência, vivendo assim em situação de extrema precariedade (FURTADO, 1985).

Outra característica que pode ser observada em economias subdesenvolvidas, é em relação a sua oferta de mão-de-obra. Em geral essas regiões apresentam uma oferta ilimitada de mão-de-obra, reflexo de uma população extremamente numerosa em relação aos recursos naturais disponíveis e ao capital empregado, dessa maneira, vários setores da economia passam a ter uma produtividade marginal muito baixa, igual a zero ou até negativa (LEWIS, 1954). Consequência disso, é a baixa remuneração e qualificação dos profissionais, além de uma parte significativa da força de trabalho subutilizada ou desocupada.

No Brasil atual é possível observar os reflexos do subdesenvolvimento, quando olhamos os indicadores socioeconômicos do país. Em 2022 a PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), divulgou uma lista com o IDH de 191 países, e o Brasil ficou na posição 87. A taxa de desocupação que em 2012 estava em 7,4%, em 2020 esse número era quase o dobro, 13,8% de acordo com os dados divulgados pelo IBGE na PNADC. Outro indicador que também apresentou involução foi o grau de segurança alimentar domiciliar, a segurança alimentar nos domicílios urbanos em 2013 era de 66,7%, em 2018 esse número reduziu para 64,9%, nos domicílios rurais, os números para os anos de 2013 e 2018 foram 56,2% e 53,6% respectivamente. Ainda assim, houveram avanços em alguns indicadores nesse mesmo período, o índice de GINI, que mede o nível de desigualdade de uma região, segundo dados do sistema SIDRA do IBGE teve redução de 0,54 em 2012 para 0,52 em 2020. Já o índice de vulnerabilidade social divulgado no Atlas IVS pelo IPEA, mostra que o Brasil saiu de 0,326 em 2010 para 0,236 em 2020.

Em 2019, segundo estudo realizado pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP), haviam no Brasil 51,9 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 13,9 milhões em condições de extrema pobreza. Para 2021, com a redução do auxílio emergencial, a estimativa era de que 61,1 milhões de pessoas estariam vivendo na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza sendo que quase metade dessas pessoas vivem na região nordeste. Para esse estudo foram considerados os critérios adotados pelo Banco Mundial, que define como pobres as pessoas que vivem com uma renda mensal per capita inferior a R\$ 469 por mês, ou US\$ 5,50 por dia, e aqueles que vivem com menos de R\$ 162 mensais, ou US\$ 1,90 por dia são definidos como extremamente pobres.

Os recentes programas sociais de distribuição de renda, a exemplo do Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, embora se apresentem como uma alternativa para minimizar as diferenças sociais existentes em nosso país, proporcionando uma distribuição direta de renda a camada mais pobre da população, não ajudam no crescimento e no desenvolvimento da região ou das próprias pessoas beneficiadas, causando a dependência desses recursos. E tão logo o período destinado a distribuição desses recursos se encerre, iremos perceber que a situação social e economia dessas pessoas, irá voltar ao que era antes.

É nesse contexto, de aumento do desemprego e das diferenças sociais, que a faixa economicamente mais frágil da sociedade busca outras alternativas de combate as dificuldades encontradas. Nesse cenário cada vez mais excludente, que relega o país a estagnação econômica e uma parte significativa da sua população a uma situação de miséria e pobreza, é que podemos observar a organização da parte mais vulnerável da sociedade no intuito de obterem maiores chances de ingressar no mercado de trabalho, agrupando pessoas de diversas áreas de atuação para criar oportunidade de emprego e renda, através da formação de empreendimentos solidários.

Esses empreendimentos são uma resposta ao sistema econômico vigente, predatório e competitivo. Mostrando que é possível ser competitivo, dentro de um modo de produção cooperativo, preservando a identidade cultural da região, de forma sustentável, explorando as potencialidades locais e de seus integrantes, além de criar laços de solidariedade, buscando o bem comum. Tais empreendimentos oferecem a uma faixa da população que vive a margem da sociedade, trabalho e renda, permitindo assim que essas pessoas possam ter uma vida mais digna e sonhar com um futuro melhor.

Os empreendimentos de economia solidários, se apresentam como uma alternativa para inserir essa parte da população que margeia a sociedade no mercado de trabalho, dando não só emprego e renda mais também independência e dignidade. Os empreendimentos de economia solidária encontram espaço pois se opõem ao sistema de produção dominante, que se baseia na competitividade e na exploração, se fundamentando em organizações econômicas com base na solidariedade e sustentabilidade (SINGER, 2002).

Segundo dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no ano de 2013, no Brasil existiam 1.423.631 de pessoas que faziam parte de algum dos 19.708 empreendimentos solidários existentes. O Estado de Alagoas possuía 27.604 pessoas associadas nos seus 323 empreendimentos. Entre essas pessoas, estão os catadores de materiais recicláveis, que em meio a todas as dificuldades de sua ocupação, conseguem se organizar em empreendimentos solidários, representados por cooperativas ou associações, buscando melhores condições de trabalho e renda. Após anos de lutas e conquistas, as cooperativas dos catadores de materiais recicláveis são um exemplo de uma parte dessa classe vulnerável da sociedade que se organizou para conquistar seu espaço em uma sociedade ainda tão desigual e em um cenário econômico desfavorável. Na busca por um espaço no mercado de trabalho e na obtenção de um meio de renda, observamos as conquistas alcançadas pela cooperativa e seus integrantes, e buscamos responder a seguinte questão: *os empreendimentos de economia solidária podem ser uma alternativa ao combate à pobreza e auxiliar no desenvolvimento de uma região?*

O objetivo geral do presente trabalho é caracterizar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Alagoas, analisando o perfil socioeconômico dos integrantes desses empreendimentos, buscando salientar questões de produção, renda e vulnerabilidade, como também do seu modelo de autogestão. Para atingir esse objetivo, os objetivos específicos são: a) caracterizar nos últimos anos os indicadores de pobreza e vulnerabilidade no Brasil e em Alagoas e b) sintetizar os dados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Alagoas.

A metodologia adotada no trabalho será qualitativa, pois busca atingir os resultados propostos pelo objetivo geral através da coleta e análise dos dados socioeconômicos do grupo relacionado, visando explicar o fenômeno. A pesquisa terá caráter descritivo, pois se propõe caracterizar um grupo e o fenômeno social decorrente

da sua organização. A pesquisa teve como fonte de informações dados primários coletados através do Projeto Catamais do Ministério de Trabalho e Emprego executado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, a qual assinou convênio com a Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL (ITS-FEAC-UFAL) com as disposições contidas nos autos do processo administrativo nº 23065.017320/2019-68.

Além desta introdução e da conclusão, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, será abordado o conceito e a caracterização de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. O segundo capítulo irá apresentar os conceitos de economia solidária, sua recente origem e seus aspectos econômicos e sociais. No terceiro capítulo serão apresentados dados sociais e econômicos, além de informações sobre o cooperativismo no Brasil e Alagoas, além de apresentar uma síntese dos dados recolhidos através da pesquisa realizadas com os integrantes dos empreendimentos solidários de catadores de recicláveis de Alagoas. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Quando analisamos a formação econômica e o desenvolvimento das regiões, é possível perceber que houveram diferentes formas de organizações políticas e econômicas que culminaram em resultados distintos e que podem ser percebidos até os dias de hoje. Falamos das diferenças que encontramos entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas. O advento dos progressos tecnológicos, decorrentes da revolução industrial que teve seu início na Europa, foi um marco na economia mundial da época, e serviu como um catalizador para o desenvolvimento econômico de quase todos os países no mundo. A ideia de progresso foi muito bem descrita por Furtado, quando ele a definiu da seguinte forma.

As raízes da ideia de progresso podem ser detectadas em três correntes histórias do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas se filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda brota da ideia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem estar. A terceira enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados “retardados”, o acesso a uma forma superior de civilização. (FURTADO, 2000, p.09).

Furtado (2000), nos apresenta as duas faces do processo histórico de construção do sistema econômico mundial que teve seu início na aceleração na Revolução Industrial. A primeira se apresenta na transformação do modo de produção, a substituição progressiva do modelo familiar e artesanal pelo modelo industrial. Essa mudança no modelo produtivo, permitiu uma maior acumulação e o desenvolvimento de novas técnicas, que permitiram a retroalimentação do sistema de produção. A segunda face foi a especialização das regiões em determinadas atividades produtivas devido ao progresso técnico alcançado em consequência da acelerada acumulação, criando assim, focos de desenvolvimento tecnológicos. Para o autor, a formação desse sistema econômico mundial que estava nascendo, se apoiou nos processos de transformação das estruturas sociais e de modernização do estilo de vida. Desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam situações históricas diferentes, mas com origem em um mesmo impulso social, prevalecendo uma sobre a outra e reforçando-se mutuamente.

1.1 Conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento nos é apresentado por Furtado (2000) em dois sentidos distintos, sendo responsáveis por transformações no modelo de produção e no comportamento da sociedade. O primeiro se remete ao processo de acumulação através da busca de um sistema de produção cada vez mais eficaz e por consequência, o aparecimento de novas técnicas que permitam uma evolução no sistema social de produção. O segundo sentido remete ao grau de satisfação das necessidades humanas, onde é possível fazer um parâmetro no incremento da expectativa de vida da população das regiões mais desenvolvidas em virtude da satisfação das necessidades tidas como elementares, por exemplo: alimentação, vestuário, habitação e saúde. É justo que levemos em conta que a depender de alguns fatores como a cultura local e o grau de desenvolvimento da região, podem surgir necessidades que fujam do que inicialmente entendemos com essenciais. Nesse caso, é preciso que à medida que nos afastamos desse primeiro estágio, adotemos novas medidas de valores para que possamos manter a nitidez fora de um sistema cultural específico.

Ainda segundo Furtado (2000), esses dois conceitos, aumento da eficácia do sistema produtivo social e atendimento das necessidades essenciais da população, são tidos como dimensões do desenvolvimento, mas não se limita a eles. Uma terceira dimensão é apresentada pelo autor, que seria a consecução dos objetivos traçados pelos grupos dominantes da região. Como esses objetivos nem sempre conversam com as necessidades reais da região, ou seja, aquilo que os grupos dominantes desejam pode parecer um desperdício de recursos, visto que o retorno social será muito baixo, pois irá atender a uma faixa limitada e minoritária da população. Assim, Furtado ressalta a importância da concepção ideológica do processo de desenvolvimento, que converse com as características e necessidades da região, pois sem isso, ficaria alheia a estrutura social.

Outro ponto observado por Furtado, é que as dimensões do desenvolvimento que falamos anteriormente, não são totalmente interligadas, não é possível observar em todos os casos, uma relação direta entre elas. Quando falamos sobre o aumento da eficácia do sistema de produção, tido como o principal indicador de desenvolvimento, é possível observar que em algumas regiões não foi possível atender as necessidades elementares da população. Em um movimento contrário, tem-se observado uma diminuição cada vez maior das condições básicas de vida de uma faixa considerável da população, em detrimento de uma faixa reduzida, que aumenta cada vez mais seu padrão de vida através

da acumulação, criando necessidades fora daquilo considerado como essencial. Esse cenário é intensificado pois percebe-se um movimento da terceira dimensão do desenvolvimento, definida como os objetivos dos grupos dominantes, em atender as demandas das classes de alta renda. Assim, fica observado um paradigma no processo de desenvolvimento, pois o vetor de crescimento que seria a inovação técnica, acaba que subordinada aos interesses de acumulação dentro de uma sociedade desigual, pois em regiões onde o processo de acumulação mais avançou, parte da população não atinge um nível de renda suficiente para atender a satisfação das necessidades essenciais.

Assim, a eliminação da “pobreza dentro da riqueza” faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de nível de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento. E nesse contexto emergiu uma nova temática do subdesenvolvimento. (FURTADO, 2000, p.23).

O progresso técnico tem um novo conceito através de Furtado, que propõe uma visão global do sistema social, trazendo sua relação com o meio físico que ele faz parte. Indo além das suas manifestações mais significativas como otimizar o uso dos recursos não-renováveis ou alterar o comportamento da demanda, a inovação tecnológica deixa de ser apenas uma maneira de combater a escassez de um fator de produção. Segundo Furtado (200), considerar o progresso técnico apenas como uma escolha do setor capitalista em transferir para o futuro o uso de algum recurso já disponível, seria uma definição muito vaga, senão considerarmos que essa escolha tem como resultado um retorno em capital da acumulação desse recurso que poderá ser reinvestida dentro do sistema produtivo.

Dessa forma, o progresso técnico tem de criar opções de capital para manter o processo de acumulação. Como o advento de toda nova técnica produtiva traz consigo novos produtos ou modos de consumo, além de tornar máquinas e instalações ultrapassadas, permite que os produtos sejam substituídos continuamente no mercado. Esse cenário de constantes mudanças, e que aparenta estar em total desordem, é o que permite a reprodução da atividade capitalista e por consequência, a manutenção da base da sua estrutura social.

Para Furtado (1968), a ação dos centros de desenvolvimento que nascia e se expandia na Europa durante a revolução industrial, exerceu sua influência através de 3 linhas de expansão. Sendo a primeira dentro da Europa Ocidental, onde o desenvolvimento ocorre através da desorganização da economia artesanal pré-capitalista

existente na região. Durante o processo de transformação, é possível observar duas fases, onde a primeira se caracteriza pela elasticidade da oferta de mão de obra, visto que a liberação de mão de obra oriunda da desarticulação do sistema anterior é maior que a absorção do novo sistema produtivo. Na segunda parte, a oferta de mão de obra satura e tende a se esgotar, nesse cenário, o progresso tecnológico age como mola propulsora para que o sistema econômico se equilibre, garantindo que a oferta de bens se equilibre com a demanda, criando mercado através de uma distribuição de renda superior ao período anterior, gerando um ciclo de desenvolvimento econômico na região.

A segunda linha de desenvolvimento se estende além das fronteiras da economia industrial europeia, onde houvessem recursos para o desenvolvimento. Como exemplo podemos mencionar as “colônias” inglesas, Estados Unidos, Canadá e Austrália. Devido a sua abundância de recursos naturais disponíveis, aqueles que emigravam para essas regiões levavam as técnicas que dominavam na Europa e conseguiam alcançar grande produtividade. Outro aspecto positivo é que os emigrantes levavam consigo os hábitos de consumo europeu, e devido a produtividade alcançada, conseguiam gozar de um padrão de vida elevado que impulsionou a industrial local.

A terceira linha de expansão se deu em regiões já ocupadas e em alguma delas com uma alta densidade populacional. Nessas regiões se observa um sistema econômico de perfil pré-capitalista secular, e com grande impacto na construção da sociedade local. A penetração do novo sistema produtivo europeu dentro dessas estruturas sociais antigas, não se realizou de maneira uniforme. Em algumas regiões houve o interesse em desenvolver um comércio de matéria prima, tão necessário para o crescimento da economia industrial europeia, e que encontrou nessas regiões a abundância desses recursos, e dessa forma fomentou o desenvolvimento dessas atividades locais. Porém, em outras regiões, o processo se limitou a abertura comercial entre as regiões. Dessa forma, foi possível perceber que devido as diferenças entre o modo como a penetração capitalista ocorreu nessas regiões, em consequência das suas características próprias, houveram regiões que se organizaram com base em um modelo de consumo moderno através de uma maximização dos lucros e desenvolvimento tecnológico, representada pela indústria local, e regiões que se mantiveram em uma forma pré-capitalistas de produção, mantendo um setor de subsistência ou de atividade agrícola primária para exportação. Para Furtado (1968), essa dualidade entre as estruturas econômica de uma mesma região é um dos fatores que origina o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

1.2 Economias subdesenvolvidas

Para Furtado (2000), o desenvolvimento só é possível através de um processo de expansão econômica, e a mola propulsora desse processo seria a poupança gerada pelo excedente capitalista. Esse excedente de capital, à medida que esse capital é reintroduzido no processo produtivo através de investimentos, proporciona a ampliação do setor capitalista, que passa a demandar mais mão de obra do setor de subsistência. Em paralelo ao crescimento produtivo gerado pelo investimento de capital, está a inserção do conhecimento técnico, que permite um aumento cada vez maior no nível de produtividade. Quando o progresso técnico não acompanha o aumento do capital produtivo, a poupança gerada tende a ser destinada a atividades não reprodutivas, como a construção de bens duráveis, por exemplo, pirâmides e igrejas.

Quando o excedente do capital não é empregado de forma reprodutiva na atividade econômica, o que ocorre é a concentração de renda em uma parte muito pequena da população. A demanda por produtos de maior especificação, fica limitada a essa faixa pequena da população que é suprida pelo mercado externo, enquanto a maior parte da população, visto os baixos salários, tem sua demanda atendida através do setor de subsistência ou da atividade artesanal local. Dessa forma, o processo de crescimento econômico fica estagnado, criando um hiato social que tende a crescer com o passar do tempo.

Em resumo, os problemas de origem social e econômica existentes em economias subdesenvolvidas, é em parte consequência do processo de concentração de riqueza por parte de uma minoria da população. Esse capital acumulado, quando não convertida em projetos de desenvolvimento econômico, que trariam desenvolvimento para a região, acaba que mantendo a economia estagnada e dependente de atividades primárias como a agricultura, ou atividades industriais de pouco valor agregado, mantendo a dependência externa e relegando a maior parte da população a viver em atividades pouco remuneradas ou de subsistência, vivendo assim em situação de extrema precariedade (Furtado, 1985).

Ainda de acordo com o pensamento de Furtado (1968), uma outra característica que podemos observar nas economias subdesenvolvidas, é a heterogeneidade tecnológica existente entre os setores que dinamizam o sistema capitalista da região. Mesmo que o capital disponível seja utilizado em sua totalidade, a oferta de mão de obra existente não é completamente absorvida. Conforme vimos anteriormente, um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento do setor capitalista local em regiões subdesenvolvidas,

é a necessidade de suprir a demanda de produtos industrializados que são obtidos no mercado externo através da importação. Para atender essa demanda interna, que busca um estilo de vida igual ao das regiões desenvolvidas, em um primeiro momento a indústria local busca reproduzir as atividades produtivas dos centros econômicos mais avançados, e por consequência disso, se origina uma dependência dos equipamentos das regiões mais industrializadas. Essa dependência dos equipamentos e tecnologias externas, cria uma falta de identificação entre o que está sendo absorvido pela economia local e a disponibilidade de recursos e fatores existente na região, fazendo com que o processo produtivo acabe sendo implantado na região ao invés de fazer parte da produção já existente. Isso irá fazer com que a sua atividade produtiva esteja mais ligada ao mercado externo do que ao interno, diferente do que aconteceu nas economias desenvolvidas, onde ao invés de uma indução externa houve um processo clássico de desenvolvimento interno.

Esse desequilíbrio no nível de fatores, característico do processo de subdesenvolvimento, é originado devido ao desajuste entre a tecnologia absorvida e os recursos disponíveis na região e impossibilita a absorção completa do capital e da oferta de mão de obra existente. Para ilustrar, tomemos por exemplo dois setores distintos e pertencentes a uma estrutura subdesenvolvida, onde o primeiro, que chamaremos de A, representa o setor mais desenvolvido que detém uma tecnologia mais avançada e atende os mercados interno e externo. O setor B, representa o que restou da estrutura pré-capitalista e tem como característica seu atraso tecnológico. Dessa maneira, o grau de desenvolvimento dessa região, que como vimos anteriormente depende da formação de capital, taxa de absorção da mão-de-obra e da inserção de tecnologias mais avançadas, estará vinculado ao crescimento do setor mais desenvolvido, no nosso exemplo o setor A. Um crescimento desse setor irá ocasionar um aumento no produto per capita da região como também o seu grau de desenvolvimento, visto que o setor A apresenta um capital reprodutivo que permite um crescimento tecnológico e a absorção da oferta de mão de obra. Tomemos como exemplo o setor de mineração, podemos construir o seguinte cenário, onde o setor mais desenvolvido traz consigo novas técnicas e novos equipamentos que permitem um aumento na produtividade e nos lucros, lucros esses que serão convertidos em novos investimentos e juntamente com a demanda de recursos existentes na região irão permitir o crescimento da atividade. Esse crescimento não se daria só no setor de mineração, seriam abertos espaços para o crescimento de setores que serviriam como suporte, como por exemplo a fabricação de ferramentas e equipamentos,

transporte e insumos em geral. De forma gradual esses setores iriam seguir os mesmos passos do setor de mineração, reproduzindo o capital e absorvendo novas tecnologias e a mão de obra da região, auxiliando no desenvolvimento local. No caso do setor A ficar estagnado, e o setor B for o dinamizador da economia local, absorvendo a mão de obra disponível, ainda assim havia um aumento na renda per capita local, porém, não seria possível observar o desenvolvimento econômico da região, visto que o setor se caracteriza pela sua baixa produtividade, baixa tecnologia e acumulação de capital.

Conforme já explicado, a necessidade de reproduzir o capital acumulado no setor capitalista dentro da atividade econômica local, é o que impulsiona o desenvolvimento local. Quando esses recursos são de origem estrangeira, geralmente uma parte significativa não fica na região produtora, e segue para o país de origem do capital empreendido. Esse processo é descrito por Furtado (1968) com “capitalismo bastado”. Esse é o exemplo do caso mais simples de economia subdesenvolvida, denominada economia subdesenvolvida de grau inferior, onde observamos uma empresa de capital estrangeiro, produtora de produtos primários para exportação, ao lado de uma economia local de subsistência, criando um cenário onde não existem grandes modificações ao longo do tempo e que pode durar grandes períodos. Esse processo acaba gerando uma estabilidade econômica na região, porém, impedindo o crescimento da economia local, pois não existem investimentos que permitam a mudança estrutural necessária para o desenvolvimento econômico.

Se a origem dos recursos é proveniente da poupança gerada devido aos lucros obtidos pelo setor capitalista da própria região, as inversões realizadas no processo produtivo ocorrem dentro da região produtora. Com as inversões em curso, as atividades industriais passam a demandar maior mão de obra tornando possível a absorção da economia de subsistência, criando o cenário apropriado para formação de um mercado interno, consequência da expansão monetária local, abrindo caminho para o investimento no setor industrial da região, para atender em um primeiro momento a demanda por artigos de consumo geral. Esse segundo cenário é característico das economias subdesenvolvidas de grau superior. O núcleo industrial interno passa a competir com a indústria externa no intuito de diminuir a dependência externa e minimizar os impactos de uma crise cambial. Dessa forma, o industrial local visa reproduzir os artigos importados, deixando de lado os artigos primários, desenvolvendo a indústria local.

Enquanto as economias de centro, aumenta sua produtividade em decorrência do progresso tecnológico aplicado nos seus meios de produção, as economias periféricas, por serem em geral detentoras de recursos em maior quantidade, a exemplo da mão de obra como vimos anteriormente, utilizam dessa oferta de recursos para maximizarem seus lucros. Esse capital acumulado, se concentra nas mãos dos capitalistas, que representam uma parcela muito pequena da população e que demandam por produtos mais especializados que em geral não estão disponíveis na região, o que faz com que essa demanda seja suprida através da importação desses produtos das regiões centrais. Dessa forma, conforme explicado por Furtado (1985), criou-se um cenário onde o progresso passou a ser tido como sinônimo da modificação dos padrões de vida locais, realizando mudanças para se adequar ao estilo de vida das regiões centrais através da importação de produtos.

Essa demanda das economias periféricas por produtos especializados, buscando copiar o padrão de vida das economias centrais, permite a continuação do progresso tecnológico nas regiões centrais, que por sua vez demandam uma maior quantidade de produto primário para a produção, que será suprido pelas regiões periféricas. Dessa forma, enquanto as economias centrais passam a usar seu capital de forma reprodutiva, aumento seu progresso técnico, para atender a demanda por produto cada vez mais especializados, proporcionando o desenvolvimento local, gerando novos empregos e aumentando a renda nacional, as economias periféricas se concentram em atividades primárias ou no fornecimento de matéria prima ao centro, concentrando o capital na mão de uma faixa minoritária da população que irá utilizá-lo no consumo de produto de origem das economias de centro, não havendo assim, investimentos no desenvolvimento local e ampliando as diferenças locais já existentes.

Segundo Furtado (1985), o desenvolvimento das economias periféricas possui uma dependência significativa das economias de centro. Enquanto observamos, nas regiões de centro o progresso tecnológico como dinamizador do desenvolvimento, movido pela demanda externa das regiões periféricas que buscam copiar o estilo seu estilo de vida e da demanda interna decorrente de uma participação maior da sociedade, visto que os melhores salários disponibilizados nessas regiões em virtude da qualificação da mão de obra e da organização da classe trabalhadora, cria um cenário de retroalimentação do sistema. Já nas regiões periféricas, apenas a classe detentora do excedente capitalista irá criar a demanda necessária para o desenvolvimento da região, visto os baixos salário

ofertados em virtude do excedente de mão de obra nesses locais, como estamos falando de uma parte muito pequena da população, essa demanda passa a ser suprida pelo mercado externo através da importação. Ainda assim, é possível que haja o desenvolvimento de um setor capitalista industrial na região, visto a demanda local, mesmo que pequena inicialmente. Essa indústria irá atender a demanda criada por essa faixa minoritária da população, e seu desenvolvimento estará ligado as regiões centrais, buscando copiar os modelos produtivos já existentes, ou que colocará a indústria das regiões periféricas sempre um estágio atrás, pois não existe investimentos em inovação e sim, reprodução daquilo já existente.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. O fator dinamizador para o desenvolvimento de uma região é a assimilação do progresso técnico em seus meios de produção. Visto que as regiões centrais são as que possuem a produção das novas tecnologias e as importam para as regiões periféricas, cria-se um cenário de dependência entre as regiões. Essa possibilidade das economias centrais imporem padrões de consumos nas regiões periféricas através do controle do progresso tecnológico, passa a criar uma dependência economia entre as regiões, visto que induz o sistema dependente a copiar os padrões de consumo do sistema dominante.

Para Borja (2009), essa dependência vai além das tecnologias compartilhadas, à medida que as regiões periféricas importam as tecnologias desenvolvidas nas regiões centrais, tecnologias essas que são construídas empregando as características culturais da região criadora, acaba que introduzindo em sua cultura características de outra região, aumentando as contradições estruturais no seu processo de desenvolvimento. Como consequência desse processo de assimilação tecnológica e cultural das regiões centrais, temos o aumento da heterogeneidade estrutural interna, pois os diversos setores capitalistas não conseguem absorver as inovações tecnológicas na mesma velocidade, criando uma descontinuidade no processo produtivo local e dando origem as ilhas de desenvolvimento. Esse abismo tecnológico é mais evidente quando observamos as diferenças tecnológicas existentes entre o setor capitalista, que utiliza técnicas mais avançadas para maximização da sua produtividade e dos seus lucros, em relação ao setor não capitalista, que adota técnicas rudimentares e tem como principal objetivo a

subsistência. Como vimos anteriormente, essa dualidade na estrutura econômica é o que caracteriza as economias subdesenvolvidas.

Outra consequência observada na economia das regiões periféricas decorrente da dependência tecnológica das regiões centrais é o desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos. Esse de desequilíbrio acontece pois em quanto as regiões centrais exportam seus produtos e tecnologias, a regiões periféricas, na sua grande parte detentoras de uma economia primário exportadora e de baixa industrialização, exportam matéria prima ou produtos com baixo valor agregado em virtude de sua tecnologia defasada. Assim, enquanto as regiões centrais criam uma nova demanda local através das novas técnicas produtivas, atendendo o mercado interno e externo, as regiões periféricas, buscam suprir a demanda por novos produtos através da exportação, ou criando uma indústria local com base na tecnologia externa.

Conforme mencionado anteriormente, os impactos da absorção de técnicas produtivas originárias de outras regiões, impacta não somente da economia local, como também na sua cultura. Furtado (1985) explora essa relação do subdesenvolvimento e da dependência cultural em virtude da busca pela cópia dos padrões de vida das regiões centrais através da importação de produtos e tecnologias dessas regiões.

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes. (FURTADO, 1974, p.80-81)

Borja (2009) apresenta dois sistemas distintos da cultura interna que sofrem influência das inserções tecnológicas oriundas de outras regiões. Sendo a cultura material, que podemos entender como os bens utilizados para a produção e os produtos finais que estarão disponíveis no mercado, dessa forma se origina tanto um novo setor fornecedor de matéria prima quanto um novo mercado para absorção de novos produtos. E a cultura não-material, que seria representada pelas relações sociais, profissionais e íntima de cada indivíduo. Relação essa que sofreria mudança em virtude dos novos processos produtivos e dos novos produtos inseridos no mercado local.

Ainda segundo Borja (2009), o dualismo estrutural existente nas economias subdesenvolvidas, onde dois setores distintos coexistem em um mesmo sistema

econômico, sendo um setor capitalista e outro não, pode ser considerada uma descaracterização do sistema cultural local. Visto que o setor capitalista estará sempre buscando copiar o modo de vida das regiões centrais através do consumo de seus produtos ou pela importação das técnicas produtivas, indiretamente estará inserindo dentro da cultura local parte da cultura não-material de outra região. Nesse ponto, teremos uma heterogeneidade estrutural e também cultural entre os setores. Tentando reproduzir nas regiões periféricas o comportamento do setor capitalista das regiões centrais, onde o grau de produtividade é alto e por consequência os lucros auferidos. Diferente das regiões centrais onde esse capital acumulado é reinserido na atividade industrial através de novas tecnologias ou aumentando os salários dos trabalhadores para criar uma maior dinâmica no mercado interno, nas regiões periféricas, onde a tecnologia é importada e a oferta de mão de obra elástica, o capital acumulado acaba que se concentrando nas mãos de uma minoria, aumentando a abismo social existente nesses locais.

Lembremos que o sistema cultural local se encontra dividido entre os setores produtivos do dualismo econômico existente na região, representando por um setor capitalista, que busca copiar padrões de produção e consumo das regiões desenvolvidas, proporcionando a acumulação do capital gerado e o não capitalista, que representa as atividades de subsistência, caracterizadas pelo baixo progresso tecnológico, baixa produtividade e capital limitado ao consumo. Nesse sistema, a medida que o setor capitalista concentra cada vez mais capital através da inserção dos lucros na atividade produtiva gerando aumento de produção, caso não haja desenvolvimento por parte do setor não capitalista, esse abismo estrutural entre os dois setores tende a aumentar, e o nível de subsistência passa a ser cada vez mais baixo, fazendo com que o nível dos salário fique cada vez mais defasado. Com uma mão de obra mais barata, o setor capitalista passa a explorar essa vantagem e auferir maiores lucros, aumentando a distância já existente entre os dois setores, criando um processo de superexploração da força de trabalho local.

Esse cenário é característico das regiões subdesenvolvidas, onde a burguesia local, que deveria ser a responsável por dinamizar o progresso local através de investimentos em um projeto nacional de desenvolvimento, permitindo que os setores não capitalista tivessem acesso as tecnologias mais recentes e passassem a desenvolver um sistema de produção onde o capital gerado não fosse totalmente direcionado ao consumo, e sim, parte dele pudesse ser utilizada de forma reprodutiva, aumentando a produtividade do setor, e dessa maneira, passando a fazer parte do sistema capitalista local. Nesse cenário, o nível

dos salários se elevaria, visto que o nível de subsistência iria aumentar, ainda assim, com uma população local com maior poder de compra, teríamos o crescimento econômico local que iria proporcionar o surgimento de mais atividades econômicas e dessa forma a absorção da mão de obra disponível.

1.3 Economia com oferta ilimitada de mão-de-obra

Conforme observamos na construção das economias através das 3 linhas de desenvolvimento apresentando por Furtado, umas das características das economias subdesenvolvidas é o seu caráter dualista, configurada por um núcleo capitalista e outro de subsistência. Nesse cenário, Lewis (1954) define que a oferta de mão-de-obra das regiões onde existe essa dualidade no setor econômico tende a ser ilimitada, caso exista recurso naturais em abundancia e capital a ser empregado. A oferta de mão-de-obra nessas regiões costuma se elástica, e por conta disso a produtividade marginal é mínima, nula ou até negativa. A mão-de-obra dessas regiões tendem a serem de baixa qualificação, e por consequência, o nível de salário dos trabalhadores é definido pelas condições de vida existente na região. Como em regiões mais atrasadas, as condições de vida estão muito próximas a subsistência, os salários nessas regiões tendem a serem mais baixos que em regiões que apresentam uma economia já desenvolvida, como por exemplo, regiões pré-industrializadas. Para o setor capitalista, a quantidade de trabalho disponível tem seu limite quando a produtividade marginal do trabalho é igual a zero. Ou seja, quando o acréscimo de uma unidade de trabalho não altera a quantidade produzida. Nesse caso, equivale dizer que o lucro é nulo.

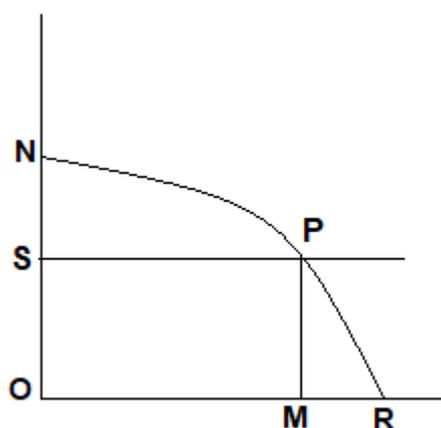


Figura 1 – Quantidade de trabalho.

Na figura acima, tomando o salário dos trabalhadores como constante e representado pela letra S e a quantidade de trabalho representada pela letra O, o ponto P é onde a produtividade é nula. Tomando a área equivalente a NSP como o lucro dos capitalistas, temos que, no setor capitalista, à medida que a quantidade de emprego se eleva, ou seja, O se aproxima de M, a área equivalente aos lucros dos capitalistas, NSP diminui. Sendo assim, a ofertada de emprego deve ter seu valor máximo igual a OM, visto que é nesse ponto onde a produtividade é igual a zero, pois os lucros se equivalem a os salários pagos. Qualquer oferta de trabalho acima de M, significará uma produtividade negativa, e por consequência, prejuízo ao setor capitalista. Da mesma forma, podemos observar que à medida que o nível dos salários aumenta, a área que equivale ao lucro dos capitalistas tende a diminuir, assim como, a redução do nível dos salários irá ocasionar um aumento na área que representa os lucros.

Em economias desse tipo, onde existe uma oferta de mão-de-obra elástica e de baixo custo, os lucros tendem a ser altos, visto que o excedente de recursos na região, garante uma vantagem competitiva para a atividade econômica. Eventualmente, em situações que se faça necessário, para minimizar os impactos nos lucros, e se moldar as variações externas do mercado, as empresas amortecem seus prejuízos reduzindo os salários dos trabalhadores. Em um cenário oposto, onde haja uma demanda externa maior, que demande um maior uso dos recursos, um salário ligeiramente superior que a média local, já é suficiente para gerar uma oferta elástica, visto que nesse contexto os salários pagos serão superiores ao que os trabalhadores conseguiriam em suas atividades de subsistência. Esse cenário de obtenção de lucros cada vez maiores através da exploração dos recursos disponíveis, é possível até que esses recursos se tornem cada vez mais escassos. No caso da mão de obra, é possível ao setor capitalista, auferir lucros cada vez maiores reduzindo os salários dos trabalhadores sempre que necessário, enquanto houve uma oferta ilimitada desse recurso, ou seja, enquanto houver possibilidade de retirar força de trabalho do setor de subsistência.

O processo de migração da mão de obra do setor de subsistência para o setor capitalista apresentado na obra de Lewis (1954), se caracteriza por um movimento de absorção dos recursos à medida que o setor capitalista se desenvolve e passa a demandar essa oferta mão de obra, permitindo assim que seja possível manter o equilíbrio nos salários pagos aos trabalhadores.

Para Tomasio (1982), esse processo de migração do campo para as cidades independe da oferta de trabalho nos centros capitalistas, sendo contínuo em todo o processo de desenvolvimento da região e impulsionado entre outras coisas pelo espírito aventureiro em especial dos jovens, atraídos por um estilo de vida diferente do conhecido, fazendo com que a mão de obra nas zonas rurais fique cada vez mais escassas, sem que haja ganho na produtividade, visto que o setor produtivo fica nas mãos de uma parcela mais envelhecida da população. O que ocorre, é que existe um processo de migrações prematura e crônicas das áreas rurais para as cidades sem que necessariamente o setor capitalista tenha capacidade de absorver essa mão de obra. Essa mão de obra que não consegue ser absorvida pelo setor industrial, contribui para o aumento da taxa de desemprego da região, ou passa a atuar no setor da informalidade ou em atividade de baixa remuneração, aumentando a parcela da população que passa a viver em condições muito próximas a subsistências, o que acaba reduzindo o poder de compra local que é uma das molas propulsoras do desenvolvimento. Essa parcela constitui o setor informal, que possui um papel significativo no processo reprodutivo da economia local, primeiramente por substituir as áreas rurais pelas áreas urbanas como base da oferta de mão de obra para uma eventual necessidade do setor industrial, e por atender uma parte do mercado que o setor industrial não consegue atingir, oferecendo uma opção de rendimentos suplementares para a parcela mais mal remunerada da população.

Ainda de acordo com Tomasio (1982), outro fator que inviabiliza a absorção da mão de obra pelo setor industrial é o advento de tecnologias que cada vez mais poupam o trabalho, consequência da formação do capital. No primeiro momento, é dentro das economias desenvolvidas e detentoras da tecnologia que percebemos a redução na demanda por mão de obra, mas para continuarem competitivas no mercado, as empresas das regiões subdesenvolvidas acabam se tornando dependentes dessas tecnologias e passam a demandar as mesmas tecnologias ou similares, reduzindo a taxa de absorção do excedente de mão de obra que está concentrado na região rural no setor de subsistência ou dentro dos centros urbanos na informalidade.

Quando a oferta de mão de obra passa e se tornar cada vez menos elástica, é possível buscar em outras fontes, além do setor de subsistência, a quantidade de trabalhadores necessária para o aumento da atividade produtiva. Entre as principais fontes temos a mão de obra que atua nos trabalhadores eventuais, em pequenos comércios,

nos trabalhos domésticos e a força de trabalho das mulheres. Além da força de trabalho originária do aumento demográfico da região.

Primeiramente falaremos da mão de obra feminina. Vários fatores estão presentes na participação das mulheres na atividade produtiva de uma região, entre eles fatores culturais presentes em algumas regiões, que limita o papel social da mulher ao cuidado da família e dessa forma, impossibilita a transferência da força de trabalho feminina para o setor produtivo. Outro fator que deve ser levado em conta é a natureza da própria atividade, que pode favorecer ou dificultar a participação das mulheres na produção. Em regiões onde se desenvolveu uma atividade mais volta a indústria têxtil, é possível notar uma participação da mão de obra feminina superior as regiões onde a atividade de mineração é mais ativa.

Para Lewis (1954), embora o custo existente na absorção da mão de obra das mulheres no setor capitalista, é possível obter um lucro considerável quando se transfere o trabalho feminino para fora do lar, pois o capital investido no setor produtivo ocasiona economia de escala através das inovações, gerando um maior grau de produtividade. Ou seja, a mulher que costura em casa para sua família, passa a trabalhar operando um tear em uma fábrica têxtil, produzindo muito mais. Assim como, a dona de casa que educa e cuida dos filhos, pode trabalhar nos setores de saúde e educação atendendo uma maior parte da população.

A próxima fonte de trabalho que iremos abordar é a que se origina do aumento populacional, ou seja, um aumento da taxa de natalidade em paralelo a um recuo da taxa de mortalidade. Aqui não iremos considerar o aumento demográfico referente a movimentação humana do campo para a cidade, pois trataremos esse êxodo como consequência da absorção da mão de obra do setor de subsistência. Segundo Lewis (1954), essa fonte de aumento da produção é de extrema importância, pois permite que se verifique um aumento na oferta de emprego sem que necessariamente haja um aumento no nível dos salários, o que ocasiona um aumento significativo na acumulação de capital. Embora não seja possível encontrar uma correlação direta entre o desenvolvimento de uma região e o aumento da sua taxa de natalidade, é perceptível que a taxa de mortalidade tende a recuar, na primeira fase do desenvolvimento da região, a mortalidade decorrente da falta de recurso que ocasiona a subnutrição e a morte diminui e em um segundo momento, as condições de saúde sofrem mudanças significativas como reflexo ao fenômeno de urbanização característicos das regiões que desenvolvem atividades

produtivas capitalistas, diminuindo os surtos de doenças que afetam a população e proporcionando o estágio adequado para uma terceira fase, que são as condições adequadas para uma maior facilidade nos tratamentos médicos.

A terceira fonte de trabalho é descrita por Lewis (1954) através do que foi mencionado por Marx, e se refere a força de trabalho gerada pelo desemprego decorrente nas inovações tecnológicas. Nesse cenário, não só os trabalhadores ficariam em condições de desemprego, mas também, os pequenos capitalistas que não conseguiriam acompanhar o crescimento do setor por não conseguirem auferir os mesmos lucros que o setor com maior tecnologia, e sairiam do mercado.

Vistos as fontes de trabalho mencionadas anteriormente, setor de subsistência, trabalhadores eventuais, pequenos comércios, trabalhadores domésticos, a força de trabalho das mulheres e o aumento demográfico, é de se pensar que para uma região com essas características verifica-se um potencial muito grande para a expansão da atividade capitalista industrial, sem que haja uma baixa oferta de mão de obra. Porém como visto anteriormente, uma das fontes de trabalho é oriunda do desemprego ocasionado pela expansão tecnológica, e nesse cenário, haveria uma alta oferta de mão de obra não qualificada, em contrapartida, poderia se observar uma oferta maior por atividades mais qualificadas, como pedreiros, eletricitas, soldadores, para acompanhar o progresso tecnológico do setor produtivo, e dessa maneira, que poderia não ser atendida pela oferta de trabalho da região. Essa escassez seria temporária, visto que o setor capitalista detendo os recursos necessário em decorrência dos lucros obtidos, juntamente com o governo local podem oferecer a uma parte da população a qualificação necessária para atender ao setor produtivo capitalista, dando continuidade ao crescimento econômico da região.

A absorção dessa mão de obra, tende a mudar à medida que o processo de desenvolvimento avança. Em regiões mais atrasadas, como aquelas onde o setor produtivo está vinculado a quase sua totalidade ao plantio de determinada monocultura para exportação, observasse um cenário de ilha de emprego. Onde a atividade principal na região, concentraria uma grande parte da população local como mão de obra e com remuneração baixa, cercada de um imenso mar de setores subdesenvolvidos, como comércios e prestação de serviços simples.

Podemos imaginar o seguinte cenário, que irá se assemelhar a algumas cidades alagoanas, onde a atividade econômica principal é a produção do açúcar e do álcool através da cana-de-açúcar. Nessas regiões, as usinas canavieiras são proprietária de

grandes espaços agrícolas para o cultivo da cana, os homens do campo que possuem terras, irão planta a cana-de-açúcar e vender para a usina, ou cultivar produtos para o próprio sustento. Nesse contexto, haverá uma grande oferta de trabalho, que deverá ofertar salário que compensem a saída do homem de sua atividade no campo, e que será viável considerando a situação de extrema pobreza que essas populações vivem. Essa mão-de-obra será utilizada nas atividades mais rudimentares como o corte da cana, pagando baixos salários e em condições extremamente precárias.

Nas primeiras fases do desenvolvimento, é possível observar que não existe mais uma única ilha de emprego, e sim, várias pequenas ilhas dessa natureza, representada por diversos setores capitalistas industriais. Muito embora essa maior variedade de atividades produtivas e uma maior dinâmica econômica na região, ainda é possível observar o mar de mão de obra subutilizada que cerca essas ilhas de emprego.

Sobre os salários, Lewis (1954) fala que nas regiões onde grande parte da população vive no campo, trabalhando por conta própria e para o seu sustento, os salários pagos terão como base o nível de subsistência do local. Dessa forma, é do interesse dos capitalistas que o setor de subsistência esteja sempre defasado, tendo influência no governo, irão dificultar qualquer iniciativa de melhores condições ao homem do campo, proporcionando uma baixa produtividade e pouco lucratividade no setor de subsistência, mantendo assim os salários a níveis baixos. Sabendo que o mínimo a ser pago pelo setor capitalista é o equivalente ao setor de subsistência, no geral o nível dos salários tende a ser 30% superiores ao nível do setor de subsistência no intuito de atrair a mão de obra. Essa diferença acaba sendo ilusória à medida que os custos de vida dentro dos centros produtivos tendem a ser maiores que no campo. Porém, à medida que os processos produtivos vão se desenvolvendo e o trabalhador se qualificando, além do processo de organização da classe trabalhadora em sindicatos, vai se intensificando a necessidade de melhores salários.

O nível dos salários é um fator que contribui para o processo de desenvolvimento de uma região. O que observamos nas regiões subdesenvolvidas é que o nível de salário é baixo, e isso impede que haja uma dinâmica econômica local, visto que a população, em sua maioria irá receber baixos salários, que servirá apenas como meio de subsistência. Não haveria demanda por produtos ou serviços mais especializados. Já nas economias desenvolvidas, existe uma melhor remuneração dos trabalhadores, essa melhor remuneração do trabalho, cria uma demanda de produtos de alto valor agregado, que

caracterizam a indústria dos países centrais dinamizando a economia interna. Permitindo dessa forma que haja um contínuo processo de desenvolvimento permitindo uma oferta de mais e de novos produtos para que se possa atender a demanda existente.

Como vimos, os lucros tendem a ser crescentes nas regiões onde exista uma abundância de recursos. Para Lewis (1954), é essa acumulação de capital que irá proporcionar os investimentos necessários para o desenvolvimento da economia local. Porém, existe a possibilidade do entesouramento, onde o setor capitalista concentra o capital em forma de riqueza própria. Em geral, esse capital acaba sendo empreendido em atividades não reprodutivas ou no consumo dos capitalistas através da exportação de produtos de regiões mais desenvolvidas. Quando não entesourado, os lucros tendem a ser geradores de poupanças que servirão para o desenvolvimento técnico necessário para as inversões que trarão maior produtividade ao setor capitalista. Porém, essa poupança só será possível se o setor capitalista deixar de gastar esse capital em benefício próprio, visto que a classe trabalhadora não possui recursos para poupança, já que seus salários são o suficiente para mantê-la em uma situação limite ao grau de subsistência da região. Nas regiões menos desenvolvidas percebe-se que existe uma baixa poupança, justamente porque seu setor capitalista é muito pequeno.

1.4 O trabalho de Lewis segundo Boianovsky

Para Boianovsky (2018), o trabalho de Lewis sobre economias subdesenvolvidas, permitiu que se pudesse entender o porquê de mesmo em um cenário de crescimento econômico, o padrão de vida dessas regiões permaneceu baixo. Sua investigação se baseou em buscar explicações para entender como uma alteração na distribuição de rendas, poderia influenciar na acumulação de capital em regiões que possuem a faixa salarial balizada pelo nível de subsistência. A partir daí seu modelo de economia aberta, que partiu do sistema clássico, mostrou por exemplo, que existe uma assimetria entre a produtividade na produção de alimentos entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Como vimos anteriormente, no modelo de Lewis (1954), a oferta de mão-de-obra tinha sua origem no setor de subsistência. Tal oferta seria absorvida na medida que houvesse demanda do setor capitalista, até que o dualismo econômico existente na região fosse eliminado. Nesse estágio do desenvolvimento, devido à redução e especialização da

mão de obra, haveria um aumento dos salários que ocasionaria uma maior distribuição de renda e aumento da taxa de poupança, que seria utilizada como capital reprodutivo, dando continuidade ao processo de desenvolvimento. Sendo assim, o aumento na produtividade não se deu exclusivamente pela maior quantidade de capital investido ou pelo progresso técnico implantado, mas principalmente, pelo fato de a mão de obra passar a ser empregada no setor capitalista que apresenta uma maior produtividade que o setor de subsistência.

No entendimento de Lewis, segundo Boianovsky (2018), deve haver um setor não capitalista que ofereça salários acima do seu produto marginal, consequência do baixo nível de consumo dos camponeses, pois o setor capitalista não teria como absorver toda essa mão-de-obra disponível em um primeiro momento, oferecendo salário compatível com o nível de renda de uma região desenvolvida. A absorção dessa mão-de-obra disponível, que migraria do setor de subsistência para o setor capitalista, se daria de forma progressiva, à medida que o capital excedente gerasse poupança suficiente para o reinvestimento na atividade capitalista. Proporcionando o crescimento da atividade industrial na região.

Ainda segundo a interpretação de Lewis através de Boianovsky (2018), a propensão a poupar seria consequência da oportunidade de investir. Havendo taxas positivas para a poupança e um cenário otimista para os investimentos, o capitalista tendem usar seu capital excedente de forma produtiva, poupando e investindo na ampliação do setor capitalista. No caso contrário, em regiões ou períodos onde não existe uma perspectiva otimista para o investimento, o capitalista usaria seu capital de forma improdutivo.

O processo de acumulação de capital, quando esse utilizado de forma produtiva, criaria um cenário de desenvolvimento na atividade capitalista, visto que, com o progresso técnico alcançado, invariavelmente haveria um aumento na qualificação dos trabalhadores. Porém, a necessidade de trabalhadores mais especializados, em nada tinha a ver com o aumento utilidade do trabalho, e sim, em desenvolver produtos com maior valor agregados que pudessem ser comercializados com preços superiores aos salários pagos aos trabalhadores. Corroborando com o pensamento de Marx, que definiu trabalho produtivo como aquele que gera mais-valia.

Ainda segundo Boianovsky (2018), Lewis também concordou com Marx quando disse que o setor capitalista, como sua “paixão em acumular”, reinveste o capital excedente independente do retorno esperado. Dessa maneira, aplicado novas técnicas a

seu processo produtivo, o setor capitalista gera mão-de-obra excedente para seus negócios, tirando os artesãos do mercado que passam a ter suas técnicas ficando cada vez mais rudimentares e diminuindo a quantidade de trabalhadores do campo que são atraídos pelos melhores salários do setor capitalista. Assim, em regiões subdesenvolvidas, onde o dualismo econômico é uma característica marcante, a tese de Marx que o capitalismo criou sua própria força de se mostrou cada vez mais correta.

Em relação aos lucros alcançando pelo setor capitalista, visto que os baixos salários proporcionam um cenário cada vez maior de acumulação de renda, e por consequência, a geração de poupança e o reinvestimento no setor capitalista, em algum momento essa acumulação poderia ocasionar um desequilíbrio, visto que o capital estaria crescendo mais rápido que o consumo, reduzindo a taxa de lucros e estagnando o processo de crescimento. Lewis recorreu a Ricardo para mostrar que apenas o aumento nos custos de produção poderia ocasionar uma redução nos lucros, pois se tratando de uma economia com oferta ilimitada de mão-de-obra, sempre existiria trabalho correspondente ao capital empregado, como também, os salários poderiam servir como forma de diminuir as perdas dos lucros dos capitalistas em fases mais críticas, reduzindo-o cada vez mais próximo ao nível de subsistência da região.

No próximo capítulo abordaremos o tema de economia solidária, sua definição e caracterização que subsidiará na busca do objetivo proposto.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

2.1 Introdução à economia solidária

Segundo Singer (2002), para que a sociedade existisse de maneira mais igualitária, a economia não poderia ser competitiva e sim colaborativa. Isso quer dizer que os integrantes das diversas áreas de atuação da sociedade, separados de acordo com as capacidades de cada um, deveriam trabalhar em um modelo de colaboração mútua e complementar, visando o crescimento do todo, ao invés de buscar a satisfação individual. Em geral, são nos momentos de maiores dificuldades que os trabalhadores se unem em empreendimentos solidários. Exemplo disso é quando há uma elevação no número de desempregados, em cenários desse tipo, é possível observar um aumento na criação de empreendimentos solidários ou na busca por se associar a um já existente, seja buscando uma forma de se reinserir na sociedade através da realocação profissional, do aumento no poder de compra, obtenção ou incremento na renda familiar. Para tal, são criadas redes de compra e venda produtos e serviços, ou até mesmo a criação de fundos solidários.

A economia solidária surge como uma resposta ao sistema capitalista e os problemas sociais decorrentes dele, como desemprego, concentração de renda, pobreza e marginalização de uma parte da sociedade. Temos na economia solidária um cenário totalmente diferente. O trabalhador é parte integrante do empreendimento, possui voz e poder de decisão e os lucros são distribuídos de forma igualitária entre todos os membros.

De acordo com França Filho (2001), é no início década de 1990 que o termo economia solidária é definido através dos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, na França, com o intuito de explicar o crescente aparecimento e desenvolvimento de iniciativas socioeconômicas de características diversas que surgiam na Europa, e que se propunham a solucionar os problemas específicos de cada local, de forma colaborativa entre seus integrantes e que em sua maioria se constituíam na forma de associações. A expressão economia solidária vem colocar a solidariedade no centro das atividades econômicas. Nesse cenário onde os mecanismos que regulam o mercado e a sociedade se mostraram incapazes de atender a todos de forma justa e igualitária, criou-se a atual situação de exclusão social que testemunhamos nos dias de hoje. Ainda segundo França Filho (2001), se faz necessário que se desconstrua o entendimento de mercado autorregulado, convencionalmente aplicado na noção de economia de acordo com o

modelo neoclássico. É possível e necessário, que se observe novas dimensões da vida econômica, como aquelas regidas pelo princípio da solidariedade, pois são elas que permitem a inclusão da parte mais fragilizada da população. É nessa perspectiva que a economia solidária, mesmo que de maneira modesta, se apresenta como uma opção para nortear a busca por novas formas de regulação do comportamento social e econômico.

Para Gaiger (2013), foi em decorrência do crescente aparecimento de empreendimentos associativos e cooperativos que praticavam a autogestão durante o período da década de 1990, que a expressão economia solidária ganhou representatividade no Brasil. A economia solidária abrangia uma série de organização sociais e econômicas, presente no meio urbano ou rural, através de organizações formais ou informais, e atuando na geração de emprego e renda através da produção e comercialização de bens, prestação de serviços, sistema locais ou redes externas de troca, grupos de compra, e cooperativas de crédito. A socialização dos bens e a participação efetivas dos seus membros, além do princípio de igualdade entre eles, é a diretriz fundamental desses empreendimentos que prezam pela solidariedade. A vivência nesse meio, estimula o crescimento de uma rede de reciprocidade, fortalecendo os laços existentes e proporcionando um novo entendimento. A força do coletivo cria uma nova maneira de ver o mundo, permitindo que os indivíduos consigam se enxergar dentro da sociedade, criando sua identidade de classe, que fortalecerá suas estratégias de lutas em prol dos seus anseios por melhores condições de vida.

França Filho (2001), conceitua a economia solidária como uma nova experiência organizacional. Segundo a hipótese do autor, esse fenômeno se difere de antigos princípios de solidariedade comunitárias, marcados por experiências associativas que se limitavam a um ponto de vista interno, ao mesmo tempo que não se apresenta como as formas abstratas de solidariedade praticadas pelo Estado, que acabam se limitando a uma transferência de renda a camada mais necessitada da população, sem que haja a necessária inclusão social e o desenvolvimento dessas pessoas. Os empreendimentos de economia solidária se destacam por sua diversidade, e pela busca de se firmar além de um projeto de sobrevivência interno da comunidade, mas como um modo de produção e que traz consigo um caráter político e filosófico. Apresentando a solidariedade em diferentes faces, da cooperação, passando pela ajuda mútua até a reciprocidade.

As iniciativas solidárias, trazem consigo a capacidade de contribuir com a mudança no modelo social existente, por serem capazes de gerarem forma ainda não

existentes de ações públicas. Assim, a questão apresentada pelo conceito da economia solidária é de uma nova relação entre economia e sociedade. Para Gaiger (2009), o conceito de economia solidária é uma construção da realidade social ainda em desenvolvimento. São práticas econômicas baseadas na associação de pessoas livre com algum grau de socialização dos meios de produção, cooperação no trabalho, gestão democrática e envolvimento com ações referentes a comunidade ao qual o empreendimento faz parte.

Segundo Singer (2004), o processo de desenvolvimento científico e econômico, encontra na economia solidária o mesmo apoio que existe na economia capitalista. O que difere os dois modelos de desenvolvimento é como ele se divide na sociedade. O desenvolvimento solidário busca a repartição dos seus benefícios e prejuízos de forma mais igualitária, e propõe o uso das novas forças produtivas a serviço de todos, para que ninguém no mundo fique excluído e dessa maneira possa colher seus benefícios. O desenvolvimento solidário tem como preocupação que ninguém seja excluído do mercado de forma arbitrária, propondo soluções para a continuidade do mercado através de normas e regulações. O princípio da cooperação é o que norteia a lógica solidária, os ganhos de produtividade que gerariam o desenvolvimento econômico, seriam consequência da colaboração entre empregados e patrões. A partir dessa colaboração, seria possível o desenvolvimento de inovações que tornariam o empreendimento mais competitivo, permitindo que houvesse redução no preço do produto final, sem que existisse a necessidade de penalizar os trabalhadores, pois o emprego e a remuneração dos trabalhadores estariam protegidos.

Para Singer (2000), para garantir a sustentação da economia solidária era de vital importância que as empresas solidárias tivessem acesso ao financiamento, criação de redes de comércio, suporte técnico e científico, acesso a formação e qualificação dos sócios e apoio institucional e legal pelas autoridades. Apesar das inúmeras dificuldades que os empreendimentos solidários encontram desde a sua formação, existe uma grande quantidade de casos que mostram que no Brasil a dedicação e a resiliência dos trabalhadores, permitem que essas empresas sobrevivam por muito tempo no mercado e algumas delas consigam algum crescimento. É a recompensa pelos esforços de cada integrante da empresa, que em sua maioria fazem parte de uma classe excluída da sociedade, seja pela sua posição social, ou por questões de raça ou gênero. Dentro das empresas solidárias, os integrantes experimentam a oportunidade de serem reinseridos na

sociedade através da geração de trabalho e renda, que dão a cada indivíduo a sua independência, além de permitir uma oportunidade de vivenciarem a experiência de fazerem parte de algo em que são ouvidos e respeitados, resgatando a cidadania de cada um.

Segundo Milani (2020), é nesse contexto de contradições do modelo capitalista, geradoras de crises cíclicas, que as organizações sociais cooperativas se apresentam como uma opção de superação e combate ao desemprego e a geração de renda. A economia solidária se apresenta como uma alternativa a milhares de trabalhadores que buscam melhores condições de vida através da organização coletiva do trabalho. Enquanto os trabalhadores se veem marginalizados pela crise estrutural no mercado de trabalho, encontram ações mobilizadoras oriunda de movimentos sociais, sindicais e entidade civis, que proporcionam aos trabalhadores a motivação necessária para buscarem opções para o combate a precarização do trabalho e renda.

2.1.1 Etapas da formação dos empreendimentos solidários

Para Singer (2002), o processo de construção desses empreendimentos solidário é dividido em três etapas. Na primeira etapa, conhecida como tempos heroicos, os sacrifícios são maiores. Nesse estágio teremos uma maior jornada de trabalho e as retiradas dos integrantes será definida pelo suficiente para garantir sua subsistência. Nesse período de maiores dificuldades, é quando os laços são criados e fortalecidos, os integrantes passam a se conhecerem melhor, como também, passam a conhecer o empreendimento. Permitindo que dessa maneira, possam desenvolver os sentimentos de pertencimento e união tão necessários para o desenvolvimento do empreendimento.

O segundo estágio é caracterizado por um momento de maior estabilidade após a passagem dos tempos heroicos. É quando se começa a instituir normas de trabalhos que permitam uma maior saúde laboral ao trabalhador, como também, é feita a análise da distribuição das retiradas, que podem depender do critério adotado pelos integrantes do empreendimento, sempre decididos nas assembleias com a participação dos integrantes.

Entre os pobres há muito menos competição, mesmo porque faltam recursos para premiar os vencedores. A infundável carência de tudo o que dá qualidade à vida – duma moradia confortável e segura à saúde, escola, vestuário etc. – torna o repartir um comportamento antes de mais nada racional. (SINGER, 2001, p.104).

O cenário apresentado pelo modelo econômico capitalista, impõe que aqueles que não são os detentores do capital, encontrem na solidariedade uma opção de conseguir recursos financeiros, pois assim terão condições de voltar a competir.

2.1.2 Características principais dos empreendimentos solidários

Para Arruda (2019), a economia solidária apresenta algumas características principais, sendo elas de relativa importância para que haja sucesso nos empreendimentos. A primeira característica abordada pelo autor é a autogestão e a deliberação democrática, isso implica que nos EES, cabe aos integrantes a função de trabalhador ao executarem suas atividades, como também de lhes cabe o papel de proprietário ao deliberarem sobre as decisões do empreendimento. Singer (2000) apresentou a autogestão como um aspecto importante dos EES, pois ainda existe uma falsa ideia que se tratando de empresas solidárias, onde a maior parte dos seus membros são geralmente pessoas com baixa escolaridade, tende-se a imaginar que o empreendimento estará fadado ao fracasso pela falta dos conhecimentos teóricos sobre administração obtidos nas universidades. Para o autor, essa forma de pensar não condiz com a realidade, pois a gestão do empreendimento estará nas mãos de pessoas que possuem conhecimentos técnicos da atividade. Nos empreendimentos de economia solidária, onde se pratica o modelo de autogestão, embora o empreendimento busque sempre seu espaço dentro do mercado, aumentando sua produtividade e seus lucros, o bem-estar dos integrantes é um ponto norteador das decisões a serem tomadas. Além disso, o fato que as decisões são realizadas em assembleias com a presença de todos os sócios, permite que as informações sejam difundidas para todos e dessa maneira, todos possam colaborar para que se encontre uma solução que seja a melhor para toda a empresa e seus integrantes.

As empresas solidárias podem escolher através do voto dos seus integrantes um grupo para integrar uma equipe estratégica que irá ser responsável pela tomada de decisões da empresa. Esse grupo será responsável por organizar as informações e convocar as assembleias para que, por meio de votação, possam ser escolhidas as estratégias dos empreendimentos. Apenas em caso que demande uma urgência na resposta, as decisões podem ser tomadas pelo grupo. Dessa forma, observamos que no modelo de autogestão, as ordens seguem o sentido de baixo para cima e as informações de cima para baixo.

Além da questão que envolve os benefícios que a autogestão traz para os EES como um todo, podemos observar também as vantagens obtidas a nível individual. Por exigir dos seus integrantes uma participação ativa nas decisões internas, os empreendimentos solidários desenvolvem em seus integrantes um sentimento de pertencimento, ou seja, que sua participação vai além do cumprimento de suas atividades cotidianas ou do setor onde atua, sendo ciente de todos os problemas e responsável pelas decisões tomadas pelo grupo. O fato de todos os integrantes terem conhecimento do que se passa nos empreendimentos e estando juntos nas decisões, alimenta o sentimento de solidariedade existente e desenvolve a formação democrática dos sócios.

Por propor algo que vai além do retorno financeiro aos seus sócios, mas também uma oportunidade de se reinserir na sociedade, o nascimento de uma empresa solidária exige que seus integrantes abandonem o pensamento individualista e a valorização do capital sobre o trabalho. É por esse motivo que em geral vimos empresas solidárias serem formadas por pessoas que já militam juntas, sejam ex-funcionário de uma mesma empresa, companheiros de sindicato, moradores de uma mesma comunidade ou companheiros de alguma causa social. Ainda assim, a colaboração externa para preparação das pessoas e da empresa é necessária, como justificou Paul Singer:

Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG) etc. Toda empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros. (SINGER, 2000, p.22).

Dessa maneira, quando a empresa começar a operar, os colaboradores já terão uma maior noção sobre autogestão, e a competência referente ao negócio escolhido será conquistada por todos os integrantes ao longo do tempo, de forma análoga ao que ocorre nas empresas capitalistas, só que em menor escala, ou seja, em um número limitado de pessoas.

O maior perigo da autogestão é justamente quando os integrantes se desinteressam pelo processo democrático. Quando as assembleias são demasiadamente longas e improdutivas, os sócios tendem a cada vez mais empoderar as equipes de nível hierárquicos superiores, para que tomem decisões entre eles, visto que é mais fácil e rápido chegar a uma conclusão em um grupo menor de pessoas. Esse é um processo

ariscado, pois quanto mais o processo decisório da empresa sai das mãos dos seus integrantes e se concentra em um grupo reduzido, menor é a capacidade de desenvolvimento humano e educação social dos integrantes (Singer 2002).

Outra característica presente nas empresas solidárias, é a divisão justa dos lucros entre seus integrantes. Visto que na EES, os integrantes não recebem salário, e sim, retiradas que variam conforme o desempenho da empresa, cabe as assembleias decidirem como será a retirada dos lucros obtidos, podendo ser do mesmo valor para cada integrante ou variando de acordo com a função de cada um. Ainda assim, é uma característica das empresas solidárias que mesmo que aja uma diferença entre as retiradas, ela não será tão elástica como no setor capitalista, sendo que muitas delas determinam limites máximos entre essa diferença. Da mesma forma, a destinação do excedente dos lucros das empresas solidária será decidida em assembleia com a participação de todos os integrantes, e esse capital poderá ser reinvestido na empresa ou repartido entre os trabalhadores. A valorização do trabalho através da repartição dos lucros entre os seus integrantes, somada a participação de todos no processo de decisão dos recursos do empreendimento, faz com que os lucros obtidos sejam sempre revertidos ao bem comum da empresa, reforçando o princípio da coletividade e os laços de solidariedades entre os membros (Singer 2002).

Por ser um contraponto ao modelo econômico vigente, a economia solidária encontra dificuldades para se firmar dentro do meio econômico. Embora já existam políticas públicas que fomentem a criação e desenvolvimentos dos EES, a cultura da solidariedade ainda encontra resistência dentro da sociedade. A cooperação entre os empreendimentos solidários, é uma opção para o fortalecimento não apenas dos empreendimentos em si, mas de toda a economia solidária. Os EES cooperam entre si através da criação de redes de apoio mútuo, essa interação entres os empreendimentos os fortalecem e permite que haja o suporte necessário para garantir a inserção e sobrevivência no mercado.

Quando um empreendimento solidário, busca no mercado outro empreendimento da mesma natureza para realizar suas transações, está atuando de forma a multiplicar as possibilidades de mais EES surgirem e dessa maneira, expandir a rede existente. É através da construção e divulgação de um modelo de consumo que valorize a vida em sociedade, ou seja, priorizando produtos e serviços que tragam a marca da solidariedade e da responsabilidade social, que iremos abrir caminho para a expansão das redes solidárias.

O desenvolvimento de parcerias efetivas e dinâmicas entre os empreendimentos solidários é essencial para uma articulação de transformação social dos agentes envolvidos. Para que isto ocorra, é necessário o desenvolvimento de um planejamento integrado, que dê conta das competências e recursos disponíveis, bem como a consideração das realidades de intervenção e seus contextos econômicos, políticos, sociais, institucionais e organizacionais. A consideração deste cenário – do local para o regional – é impositivo no estabelecimento de parcerias e redes que busquem impacto e desenvolvimento integrado e transformador. Além disso, podemos garantir que toda a cadeia – da produção ao consumo – tenha responsabilidade solidária, delimitada por objetivos e estratégias sustentáveis, tanto economicamente como ambientalmente. (TIMÓTEO, 2019, p.84).

Um outro elemento presente nos empreendimentos solidários é a busca por um modelo sustentável de produção, através do respeito e conservação do meio ambiente. Vivemos atualmente uma crise ambiental sem precedente em todo o mundo, consequência de anos de um modelo de produção predatório, que visava apenas o desenvolvimento tecnológico através da maximização dos lucros e do retorno rápido do capital empregado. Os empreendimentos solidários, em especial aqueles que tem sua atividade no campo, se preocupam com a preservação do meio ambiente, pois entendem que o lucro operacional não pode estar acima da qualidade de vida de todo o coletivo. Através de técnicas sustentáveis e consumo solidário, que os EES cumprem seu papel de produtores de produtos e serviços com responsabilidade social e ambiental.

Algumas das técnicas sustentáveis aplicadas nos EES, tem sua natureza nos saberes populares da cultura da região. Essa é uma outra características dos empreendimentos solidários, a valorização do saber local. É por meio do processo educativo, que os saberes populares podem ser repassados para todos, essas soluções criadas para os problemas diários juntamente com as tecnologias que vão surgindo, permitem que os EES mantenham seus processos produtivos economicamente viáveis. As tecnologias que surgem, devem conversar com o conhecimento local, ou seja, ao invés de reduzir a atuação do homem no processo produtivo, a proposta é de utilizar os conhecimentos para que se atinjam resultados cada vez melhores, atuando de forma a sustentável.

Esses saberes populares são passados diariamente no ambiente do trabalho ou através de treinamentos. A medida que esses conhecimentos são passados adiante, se tornam oportunidades de se atingir os resultados esperados de produtividade e sustentabilidade, como também, permite que a cultura local continue viva no seio da sociedade.

Por fim, uma outra característica dos empreendimentos solidários é a busca por uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Muito embora, nos últimos anos, tenha existido um movimento de fortalecimento dos direitos das mulheres, permitindo uma maior inclusão da parcela feminina da sociedade no ambiente econômico, fatores culturais, religiosos e sociais ainda dificultam uma participação maior das mulheres, que limitam seu papel social, ao de cuidadora da família e do lar. Além disso, existe ainda a diferença entre a remuneração de homens e mulher, que em geral remunera os homens melhor que as mulheres. Tomando como exemplo o Brasil, segundo dados do IBGE, em 2020 a população brasileira contava com sua maioria sendo mulheres (51,1%), porém, a diferença salarial entre homens e mulheres era de 22%, ou seja, as mulheres no Brasil recebem em média um pouco mais de $\frac{3}{4}$ (78%) do salário de um homem.

2.1.3 Finalidade dos empreendimentos solidários

Outra característica que distingue os empreendimentos solidários é a sua finalidade, ou seja, a sua principal atividade econômica. O Atlas digital da economia solidária, publicado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2013, entrevistou 19708 EES e as dividiu de acordo com sua finalidade da seguinte forma:

- Troca de produtos ou serviços
- Produção ou produção e comercialização
- Comercialização ou organização da comercialização
- Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
- Poupança, crédito ou finanças solidárias
- Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios

Sobre os chamados clubes de trocas, essa forma de organização solidária é recente, tendo sua origem, segundo Singer (2002), por volta da década de 1980, em países como Canadá, e Argentina. Assim como os demais EES, representa uma alternativa ao combate ao desemprego e a recessão econômicas dos países que estão em crise. Em regiões onde ocorre uma redução significativa no número de vagas de emprego, faz com que a falta de dinheiro em circulação acaba reduzindo o poder de compra da população, e dessa

maneira, paralise a atividade econômica da região. Em cenários como esses, os clubes de trocas aproximam pessoas que devido ao cenário econômico desfavorável, não conseguem trocar seus bens ou serviços por dinheiro, e proporcionam a oportunidade de atenderem a sua demanda oferecendo como troca seus próprios bens ou serviços. O impasse em relação ao valor dado a cada item ou atividade a ser trocada é resolvido através da criação de uma moeda local própria. As características dessa moeda, serão definidas em assembleia e votadas por todos os integrantes do clube. Serão decididos desde a taxa de câmbio em relação a moeda nacional, como o nome a ser adotado, que em geral representa a ideologia daquele grupo. Após a emissão da moeda, ela é distribuída entre os integrantes para que possam iniciar as transações. Para movimentar a atividade econômica, os clubes de trocas costumam organizar feiras onde seus membros apresentam suas ofertas e demandas e por fim iniciam as negociações. O clube de troca possibilita a ativação de um mercado potencial que estava represado, fazendo com que aqueles que estavam parados devido à falta de trabalho, encontra uma atividade em que se ocupar e aqueles que tinha suas demandas não supridas, possam ter as suas necessidades atendidas.

Todas as transações realizadas nos clubes de trocas são registradas e divulgadas pela direção para todos os membros, essa transparência é de extrema importância para manter os laços de confiança, como também permite identificar estrangulamentos na cadeia de negócios. A partir dos relatórios gerados pelas transações realizadas é possível que se identifique sócios que apenas compras ou apenas vendem, tal ponto merece atenção pois se um membro do clube apenas vendes seus bens ou serviços, acabaria por concentrar a moeda social, gerando um nó no fluxo monetário do empreendimento. Ao invés disso, a direção pode orientar aos integrantes sobre os tipos de bens ou serviços que podem oferecer baseado na demanda dos outros membros, assim como, pode ela mesma comprar bens e serviços para a manutenção do empreendimento. De maneira análoga, pode orientar aos compradores onde suprir suas necessidades de forma que não haja concentração por parte de um único fornecedor de bens ou serviços, ou ela mesma oferecer para atender a demanda existente. À medida que o clube cresce e vai ganhando mais visibilidade dentro da própria região, existe a possibilidade de negociantes locais passarem a aceitar a moeda social, ampliando a atuação do clube de troca e em paralelo, movimentando a economia local.

Ainda segundo Singer (2002), os empreendimentos solidários que possuem como atividade econômica principal o uso coletivo de bens e serviços pelos seus integrantes, como por exemplo as chamadas cooperativas de consumo, se originaram no século 19 na cidade de Rochdale na Inglaterra, e tiveram um papel de grande relevância na difusão das ideias cooperativista pela Europa.

As cooperativas de consumo têm por objetivo atender a demanda dos seus integrantes, fornecendo produtos de qualidade superior ou igual ao disponível no mercado, por um preço mais acessível. Isso é possível pois as compras são feitas de modo coletivo, ou seja, a partir da demanda dos sócios, é possível realizar compras de maior volume com os fornecedores e dessa maneira barganhar melhores preço e condições de pagamento, permitindo que o repasse para os sócios seja sempre inferior ao praticado no mercado. Os produtos disponibilizados pelas cooperativas de consumo, irá depender da demanda dos seus sócios, e da capacidade do EES em atende-la. Esses produtos podem ser aqueles disponíveis nas redes de supermercado (alimentos, produtos de limpeza e higiene), como produtos farmacêuticos e combustíveis. Existe também a possibilidade do empreendimento disponibilizar aos seus sócios não só bens de consumo, mas também, algum serviço que seja de interesse dos sócios, como por exemplo, serviços de educação, saúde, transporte e lazer.

Além da possibilidade de realizar as compras em um menor preço, como todos os empreendimentos solidários que praticam a igualdade entre seus membros, cabe ao sócio o poder de voto e de apresentar temas para as assembleias, e também, a receber a sua parte referente ao excedente dos lucros obtidos ao fim do exercício contábil. No Brasil, segundo dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, no ano de 2021, existiam diversos tipos de cooperativas de consumo, totalizando 247 empreendimentos e mais de 2 milhões de sócios.

Sobre os EES de produção ou produção e comercialização, Singer (2002) os define como associações que objetivam a produção de bens e serviços pra serem disponibilizados no mercado, organizada pelos trabalhadores. Existem casos, como em empresas recuperadas, que os antigos trabalhadores das empresas que estão fechando, assumem o comando e configuram um novo modelo de gestão, baseada nos princípios da solidariedade, como o voto único e de mesmo peso para todos os integrantes, mesma cota de participação no empreendimento para todos e autoridade da assembleia.

Acredita-se que a primeira cooperativa de produção tenha sido criada entre 1821/1822 na Inglaterra. Sob a liderança de George Mudie, alguns jornalistas se reuniram e formaram a Sociedade Cooperativa de Londres e publicaram *The Economist*. Daí, no começo da década de 1830, várias outras cooperativas de produção surgiram na Inglaterra e na França. Atualmente, os empreendimentos solidários de produção estão presentes em vários países, e em geral, possuem a tendência de aumentar seu número a medida em que as economias entram em recessão. Nesse cenário, se mostra fundamental a participação do Estado na criação e no desenvolvimento desses empreendimentos. Cientes de que os trabalhadores não possuem recursos para a aquisição e operação das empresas, se faz necessário que haja um financiamento disponível a esses trabalhadores, para que obtenham o capital necessário. Além desse acesso ao capital, os incentivos fiscais que são oferecidos as empresas capitalistas, devem ser disponibilizados também aos empreendimentos solidários, fazendo com que haja uma competição justa no mercado.

Os empreendimentos que possuem como atividade principal a prestação de serviços ou trabalho a terceiros, são constituídos por trabalhadores autônomos de uma ou mais áreas de atuação que buscam melhores condições de emprego e renda, prestando serviços a terceiros sem dessa forma dependerem da hierarquização do empreendimento, e se baseando nos princípios de autogestão e democracia. Segundo Rodrigues (2006), esses profissionais se juntam em cooperativas de produção, organizações comunitárias, cooperativas de mão de obra ou cooperativas de trabalho propriamente dita.

A oferta de trabalho desses empreendimentos não gera nenhum tipo de vínculo ou exclusividade com seus clientes, mantendo dessa forma a liberdade individual e coletiva, o que proporciona a autonomia do grupo. No Brasil, dois tipos de cooperativas de trabalho se destacam, as cooperativas de serviço ou produção, onde os meios de produção necessário para a realização dos serviços contratados pelos terceiros é de posse dos cooperados, e as cooperativas de mão-de-obra, onde os meios de produção pertencem aos terceiros, e os cooperados os utilizam para a realização dos serviços contratados.

O cooperativismo de crédito, representado pelos empreendimentos de poupança, crédito ou finanças solidárias, é descrito por Singer (2002), como o segundo mais antigos entre os EES, surgindo inicialmente como um serviço disponibilizado pela cooperativa de consumo de Rochdale seis anos após a sua fundação. A classe mais pobre da população, em geral não possuem excedentes financeiros para geração de poupança, pelo contrário, principalmente em períodos de crises na oferta de emprego, ou períodos de

recessão econômica que gera um aumento nos custos dos produtos, faz com que os mais pobres se vejam na necessidade de recorrerem a empréstimos para atender suas demandas básicas. Como não possuem acesso ao crédito pelos bancos, recorrem a informalidade e acabam presos a negociantes escusos, pondo em risco sua situação financeira por longos períodos, quando não, a sua própria vida.

Os primeiros empreendimentos solidários que disponibilizaram empréstimos a classe pobre na população, nasceram na Alemanha 1946, idealizadas por Hermann Schulze-Delitzsch e Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Mesmo sem ambos terem conhecimento da ideia do outro e possuírem áreas de atuação distinta, sendo Hermann na área urbana e Friedrich na rural, ambos os projetos foram consequência da trágica perda da safra de cereais seguida de um inverno rigoroso, que jogou a população mais pobre a fome, o ponto de partidas de ambas as iniciativas.

Os princípios básicos do cooperativismo solidário, também estão presentes nos empreendimentos de crédito, como a autogestão e o direito individual ao voto nas assembleias deliberativas. As cooperativas de crédito funcionavam da seguinte maneira, cada membro deveria comprar cota de capital de 5 centavos por semana, a partir daí o membro ficava elegível a pegar empréstimos a juros menores do oferecido no mercado e na informalidade.

Todos os empréstimos feitos pela cooperativa destinam-se a financiar investimento produtivo. A garantia dos empréstimos era basicamente o caráter dos membros que os recebiam. Como todos penhoravam juntos seus bens, era de interesse de cada um admitir como sócios pessoas sóbrias, de hábitos regulares e frugais. Pois se parte dos sócios não honrasse seus débitos, os outros sócios tinham que pagar por eles, com seu dinheiro ou propriedades. Cada empréstimo era endossado por dois membros e vencida em três meses. Um princípio básico da cooperativa é que sua porta estava sempre aberta a pessoas de valor, necessitadas de empréstimos, sem distinção de profissão ou classe. (SINGER, 2002, p.62)

Os empreendimentos de finanças solidárias, são a união de pequenos poupadores, que ao juntarem seus recursos, criam um financiamento mutuo que permite a disponibilizar acesso ao crédito aos seus integrantes. Permitindo que a demanda por financiamento dos seus membros, seja atendida recorrendo a essa poupança “coletiva”, sempre que a maior parte dos membros estejam em condições de poupar. Os riscos são diminuídos a medida que mais integrantes se associam ao empreendimento, pois, no caso de existir algum membro da cooperativa que não possa honrar seus débitos, em consequência de problemas que o façam falir economicamente (doenças ou acidente,

perda do emprego ou dos ativos de sua empresa, catástrofes naturais e etc), o fato de existirem vários integrantes do empreendimento compartilhando seus excedentes, possibilita a saúde econômica do empreendimento, pois em um cenário onde todos ou a maior parte dos integrantes, fossem de alguma forma prejudicados economicamente e necessitassem recorrer ao empréstimo ou a retirada de sua cota parte, é estatisticamente muito improvável.

Os empreendimentos definidos por Singer (2002) como cooperativas de compra e venda, são associações de produtores que buscam maximizar seus ganhos através unificação. Para o autor, as iniciativas autênticas desse modelo de associação, são aquelas formadas por pequenos e médios produtores, que podem atuar em diversas áreas, como a agricultura, transporte, comércio, serviços, profissionais liberais e etc. O tipo mais representativo dessas associações, são aquelas formadas por pequenos e médios arrendatários de terras, que se dedicam a agricultura familiar, e se reúnem para atenderem suas demandas de compra e venda.

À medida que o progresso técnico evolui e os meios de produção se modernizam, essas inovações se concentram nas mãos dos grandes produtores, causando uma vantagem competitiva e cumulativa. O acesso a essa tecnologia só é possível através da união dos pequenos e médios produtores para obtenção de maiores recursos tecnológicos para se manterem competitivos no mercado.

Não é viável, por exemplo, que cada pequeno agricultor possa comprar trator, ceifadeira e outros equipamentos valiosos. Isso o impede de mecanizar sua lavoura e, portanto, de competir com grandes produtores, cujas dimensões justificam e viabilizam o referido investimento. Para não serem expulsos do mercado, os pequenos e médios produtores têm de se unir e fazer o investimento em capital fixo em conjunto. O trator, a ceifadeira etc., adquiridos pela cooperativa são postos à disposição de cada membro, por um tempo, de modo que os seus custos de produção se equiparam aos dos grandes proprietários. E isso vale tanto para as cooperativas de pequenos agricultores como para as de caminhoneiros, taxistas, médicos, catadores de material reciclável etc. (SINGER, 2002, p.88)

Tais cooperativas, permite que se alçassem vantagens competitivas que permitam aos seus integrantes a possibilidade de se organizarem como indústrias produtoras dos derivados da produção dos seus produtos primários, ao invés de vende-los aos grandes.

Tomando como exemplo o caso dos catadores de materiais recicláveis. Visto a precariedade da sua atividade e sua condição de exclusão social, são explorados por atravessadores que remuneram de forma precária a sua atividade. Largados a uma posição

de extrema pobreza, muitos deles em situação de ruas ou morando próximos aos locais de descarte de matérias, enfrentam grandes jornadas de trabalhos expostos aos dejetos sem as devidas proteções. É dentro do modelo solidário, representado pelas cooperativas e associações, que esses trabalhadores dividam experiências, recuperem sua dignidade e encontrem uma oportunidade de juntos lutarem por melhores condições de vida. O empreendimento além de ser uma entidade política, que irá representar seus integrantes junto ao poder público e a sociedade, tem seu papel econômico, possibilitando a compra de equipamentos para melhorar as suas atividades, agregando valor a sua atividade e assim, permitindo a busca por maiores preços na venda dos seus produtos.

2.2 Formação histórica

Para Gaiger (2013), sempre houveram, em maior número nas regiões periféricas aos centros econômicos, atividades econômicas que tinha como base a reciprocidade entre seus membros e seu processo produtivo tinha como base a garantia ao trabalho e no atendimento as necessidades coletivas. Em paralelo ao domínio do sistema capitalista, desde o século XIX, que empreendimentos associativos e cooperativos buscam garantir as condições de vidas de uma parcela excluída da sociedade, através da produção de bens e serviços. A economia solidária faz esse resgate histórico de lutas pela parte mais vulnerável da população, que tem como antepassados os movimentos operários que reivindicavam ainda na época da Revolução Industrial, melhores condições de vida.

Segundo França Filho (2001), a economia chamada de não monetária (doméstica e de reciprocidade), perdeu sua força no período que se sucedeu após a Segunda Guerra mundial devido ao crescimento do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Criou-se assim, um quadro de extrema vulnerabilidade para a classe trabalhadora. É durante o período que compreende os anos de 1977 e 1984, que nascem uma série de iniciativas visando auxiliar os trabalhadores que viam suas oportunidades de empregos diminuir continuamente. Focadas em salvar ou gerar novas oportunidade de emprego e com o suporte dos sindicatos, foram criadas empresas geridas pelos próprios trabalhadores. Nos primeiros anos da década de 1980, foram criadas em toda a Europa, várias cooperativas de trabalhadores.

As chamadas décadas perdidas, 1980 e 90, descrita por Lechat (2004) como consequência dos ajustes macroeconômicos imposto pela política neoliberal, que

priorizava o pagamento da dívida externa e reduzia os investimentos produtivos no país, estagnaram as atividades produtivas nacional. Na década de 1990, o crescimento populacional somado ao aumento do desemprego e de políticas direcionadas ao bem-estar social, ocasionou uma redução nos empregos regulares e redução na remuneração da mão de obra ainda empregada, fazendo com que o Brasil atingisse taxas drásticas de pobreza e subdesenvolvimento nesse período.

Segundo Singer (2002), no Brasil, o cooperativismo chegou trazidos pelos imigrantes europeus ainda no começo do século XX. Enquanto no campo se desenvolviam cooperativas de produção agrícola, nas cidades as cooperativas se voltavam para o consumo. Embora a diferença no processo, a finalidade era a mesma, combater o encarecimento do custo de vida que provocava a escassez de produtos necessários a sobrevivência da camada mais pobre da sociedade. Por não apresentar uma gestão compartilhada entre seus membros e a repartição dos ganhos, tais empresas se não enquadram no perfil de empreendimentos solidários. E com o passar do tempo, se transformaram em grandes empreendimentos capitalistas ou descontinuaram.

Para Gaiger (2013), no Brasil, o cenário histórico formado nesse período por si só seria ineficaz em promover a gênese da economia solidária, sem a presença de outros fatores pertencentes ao cotidiano daqueles que foram os participantes diretos dos empreendimentos solidários que surgiam. De acordo com uma pesquisa realizado pelo autor em diversas regiões do Brasil, ficou demonstrado que o surgimento de empreendimentos solidários tem uma probabilidade maior de surgir quando sujeito a certas condições. Uma dessas condições é o fato de os setores populares terem como maior referência cultural e de valorização a vida em comunidade, construindo assim, maiores laços de confiança, além de uma identidade comum entre os integrantes do empreendimento. Os empreendimentos que tem sua origem baseada em lutas sociais, apresentam melhores indicadores socioeconômicos e de solidariedade entre seus membros que aqueles que tiveram sua origem influenciada por induções externas. Um outro fator determinante para o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários, foi o fato de existir uma compatibilidade entre as práticas econômicas populares e os modelos de autogestão, como se observa nas experiências sociais do trabalho nos modelos semicoletivos ou familiares, na busca pela subsistência. Em sua grande maioria, os empreendimentos solidários potencializam as formas econômicas populares, raros são os exemplos onde exista uma substituição integral do modelo popular.

Não basta aos trabalhadores estarem acudados, é seu lastro de experiências e sua capacidade de idealização que convertem a alternativa solidária em projeto e ação prática. Desse ponto de vista, o aspecto essencial não se situa nas circunstâncias externas, econômicas ou políticas, mas nas trajetórias sociais, nas disposições culturais e nos recursos de poder à mão, conforme evoluam e favoreçam ou afastem a revitalização ou a adoção de práticas solidárias. (GAIGER, 2014, p.105)

Segundo Gaiger (2013), a participação das entidades sociais, religiosas e políticas no direcionamento das demandas dos trabalhadores para os empreendimentos solidários que praticavam a autogestão, se constitui como um outro importante requisito. Utilizando os meios materiais e pedagógicos, adquiridos no meio acadêmico e com experiências anteriores, esses agentes externos utilizam dos saberes populares para potencializar essas experiências. Dessa maneira, é possível transformar o modelo simples de economia popular focada na subsistência, em um modelo econômico que permite a inclusão dos seus agentes internos no meio social econômico.

Singer (2002), argumenta que esses movimentos começaram de forma isolada ainda na década de 80. Em 1991, visto o resultado positivo resultante da tomada pelos trabalhadores e implantação do modelo de autogestão na falida empresa de calçados Markeli em São Paulo, tem-se a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). A ATEAG, assim como a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), desenvolve um trabalho de apoio a criação e desenvolvimentos de cooperativas, com base nas experiências dos trabalhadores de empresas que se encontram em processo de crise financeira.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também foi um multiplicador de empreendimentos solidário no Brasil, provendo junto as famílias assentadas 41 cooperativas agrícolas autogestionárias, criando em 1989 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Passado uma década a SCA contava com 86 cooperativas, dividas em produção agropecuária, prestação de serviços e crédito, espalhadas por vários estados do país.

Outro vetor importante no desenvolvimento da economia solidária no Brasil, é o desenvolvimento de cooperativas e associações através do trabalho das entidades universitárias, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). As ITCPS são grupos formados por professores, alunos de graduação e pós-

graduação e funcionários de diversas áreas de formação, dando a o apoio necessário para o desenvolvimento de empreendimentos solidários em grupos que buscam trabalho e produção para a sua comunidade.

Em 1999, em uma parceria entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), criou-se a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS, vem promovendo a divulgação junto as lideranças sindicais e militantes de entidades sociais, o conhecimento sobre economia solidária através de cursos de pós-graduação em várias universidades do Brasil. Além disso, a parceria com o banco holandês Rabobank, permitiu a criação de uma cooperativa de crédito e a construção de uma rede nacional de crédito solidário.

2.3 Economia Solidária e o combate às desigualdades

Para Gaiger (2003), o conceito de modo de produção segundo Marx, diz respeito a finalidade e a maneira como os meios de produção (capital, força de trabalho, máquinas, terra) são utilizados no processo produtivo, na distribuição e no consumo do produto final. A característica do modo de produção cria não só relações comerciais, mas também, relações sociais que irão caracterizar a sociedade e seu desenvolvimento. O modo de produção capitalista, se caracteriza por uma estrutura de desequilíbrio social que tende a cada vez mais aumentar devido ao seu modelo concentrador de capital, que permite a reprodução das desigualdades. O autor separa quatro características do modo de produção capitalista, sendo elas:

- i) O sistema produtivo como um todo, visa desenvolver produtos para atender as demandas do mercado.
- ii) Existe uma distinção clara entre os proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores, e por consequência uma separação entre as classes.
- iii) O salário como moeda de troca pela força de trabalho.
- iv) A obtenção de lucros por parte dos proprietários através da mais-valia sobre o trabalho.

De forma resumida, visto as características relacionadas acima, podemos entender o porquê em uma sociedade que emprega um modo de produção capitalista encontramos

tantas desigualdades. Seu foco principal está em atender a demanda do mercado, demanda essa que não representa as necessidades da sociedade como um todo e sim os desejos de uma minoria que detém os recursos financeiros para movimentar o mercado, e cada vez mais a parte pobre da população vai sendo excluída. A separação das classes, promove um choque de interesses que irá se refletir na maneira como as relações de trabalho serão geridas. Os salários, serão a moeda de troca como também a representação da mais valia empregada no modelo de produção, pois serão tratados como uma mercadoria dentro do processo produtivo, que poderá ser reduzida para maximizar os lucros, a ponto que o produto final que vai para o mercado chegue a representar uma quantia que supera em muitas vezes o valor pago ao trabalhador pela hora trabalhada na confecção do produto. A cada novo ciclo, o modelo de produção capitalista tende a aumentar essa separação de classes e as desigualdades sociais.

Já o sistema de produção social, aqui representado pelos empreendimentos solidários, devido a prática da autogestão e solidariedade entre os seus integrantes, difere da forma assalariada pois modifica a finalidade do trabalho. Enquanto no primeiro o trabalho é visto como uma mercadoria, e o trabalhador vende sua força de trabalho em troca do seu salário, o que ocasiona um distanciamento do trabalhador e do produto por ele produzido. No sistema de produção social, o trabalho tem a finalidade de resgatar a dignidade do trabalhador e de aproximá-lo ao produto visto a sua participação efetiva em todos as etapas do processo produtivo, os meios de produção não são apenas utilizados pelos trabalhadores, mas são também de sua propriedade. Essas características ficam mais evidentes quando analisamos os pontos destacados por Gaiger que caracterizam os modos de produção social:

- i) Os meios de produção são em sua grande maioria pertencentes a coletividade, não existe propriedade individual, e sim social.
- ii) Todos possuem os mesmos direitos dentro do empreendimento, e o processo decisório é gerido por todos de forma igualitária.
- iii) A gestão do empreendimento está vinculada aos interesses de toda a comunidade, que dispõe do poder de decisão referente as estratégicas a serem adotadas.

Ainda segundo Gaiger (2003), o modo de produção social foi capaz demonstra que um meio ambiente colaborativo, capaz de trazer resultados positivos no que diz respeito

a ganhos econômicos e extra materiais. Diferente do cenário de competitividade interna que conhecemos dentro das empresas que adotam um sistema de produção capitalista, quando os princípios de igualdade e solidariedade estão bem estruturados dentro dos empreendimentos solidários, obtém-se resultados positivos não apenas no retorno financeiro através do ganho de produtividade, mas também no nível da qualidade de vida dos integrantes. Isso fica claro nas palavras do autor:

A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. (GAIGER, 2003, p.193)

Alguns pontos merecem destaque quando nos referimos as características dos sistemas autogestionários. Primeiramente, o fato do excedente de capital não mais ficar nas mãos do capitalista para fins pessoais, passa agora a pertencer a todos os membros do empreendimento, repartido de maneira definida por todos. O segundo ponto diz respeito a flexibilidade dos impactos sociais nos períodos de instabilidades. Enquanto a empresa capitalista tende a minimizar suas perdas econômicas reduzindo seus custos sociais, como adotando de maneira unilateral políticas de redução no salário ou no quadro de trabalhadores, as empresas solidárias tomam decisões transparentes e com a participação de todos, podendo optar pela redução na jornada de trabalho e por consequência nas retiradas dos seus integrantes, mantendo o emprego de todos e se adequando as flutuações do mercado. Um terceiro ponto é que o sentimento de pertencimento ao empreendimento, cria nos trabalhadores o estímulo necessário a prática de processos que visam a otimização do processo produtivo promovidas pelos trabalhadores. Evitar desperdício, assiduidade e qualidade da execução das atividades, são pontos observados nos trabalhadores das empresas solidárias, pois buscam garantir o sucesso do empreendimento. Enquanto nas empresas capitalistas, esses mesmos valores são observados em sua maioria, quando impostos aos trabalhadores sobre forma de punição, ou de algum retorno financeiro através de premiações ou programas de reconhecimento.

Para que esses pontos possam ser observados de forma clara no comportamento dos integrantes dos EES, é imprescindível que os programas de qualificação dos trabalhadores, além de fornecer o conhecimento técnico necessário para o desempenho

efetivos das atividades produtivas, desenvolva nos trabalhadores a cultura da autogestão. Criando assim, trabalhadores-gestores, que possam cada vez mais contribuir com o desenvolvimento do empreendimento.

Para Gaiger (2003), um processo de transição entre os modos de produção na atual sociedade, tem como objetivo não apenas mudanças temporárias ou setoriais. Para isso, o modo vigente deve apresentar inconsistências que impeçam seu processo de reprodução, enquanto o novo modelo deve se apresentar como um modelo coerente e capaz de se reproduzir, permitindo impor sua lógica ao sistema social. Enquanto não houver tais condições, não existe razões para que essa hipótese seja defendida e explorada.

Numa linguagem lapidar, não basta desejarmos ter a sorte de sermos protagonistas ou testemunhas oculares desse grande momento, tampouco repetirmos vaticínios pessimistas ou catastróficos sobre a ordem presente, esperando com isso apressar a sua ruína. (GAIGER, 2003, p.16)

Conforme define Gaiger (2003), não basta apontar as conhecidas inconsistências do sistema capitalista e os problemas sociais resultantes de sua aplicabilidade, pois isso não basta para que se possa entender esses pontos como sinal de uma crise do modelo econômico. O sucesso desse projeto não irá significar a destruição do modo de produção capitalista em prol do modo de produção social, o papel da economia solidária não será o de sobrepujar as empresas capitalistas e sim de provar que o seu formato de produção social, apresenta vantagens comparativas que demonstram a paridade entre a gestão capitalista e a autogestão. Nada disso terá o efeito esperado se novos sistemas de regulação das regras que regem o jogo econômico, não minimizarem os efeitos negativos impostos aos modelos alternativos de produção, que tem o intuito de preservar o modelo vigente.

Para Singer, Silva e Schiochet (2014), o processo de erradicação da pobreza através da economia solidária, se faz de forma sustentável. Quando a comunidade, em um esforço coletivo, reconhece suas potencialidades e passa a agir de forma ativa buscando seu espaço na sociedade e no mercado, as transformações vão acontecendo, e a cada novo passo dado mais se afastam da condição inicial de pobreza. Esse desenvolvimento local é inspirador, e mesmo as comunidade que estejam mais atrasadas, irão encontrar um ambiente mais propício para se desenvolverem devido ao mercado crescente. Em um primeiro momento, devido as múltiplas faces da pobreza, que não se limita apenas a falta

de renda das famílias, mas também a dificuldade ou a total ausência de condições sociais básicas (água, saneamento, educação, saúde, moradia etc.), se faz necessário o uso de políticas públicas para resgatar essa parte da população que vive em condições de vulnerabilidade. Políticas de transferência de renda, juntos com ações que visem melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos disponíveis a essa camada da população, é o ponto de partida para a inserção no meio social e econômico.

Para Gaiger (2015), o combate a pobreza não pode ser realizado apenas com a ação do governo de transferência de renda, em paralelo a isso, é necessário que haja espaço na sociedade civil e econômica para que aqueles que estão na camada mais baixa, possam escolher os caminhos a seguirem para construção do seu papel na sociedade. Dessa forma, não estaremos atuando apenas no poder de consumo dessa parcela da sociedade, mas principalmente na capacidade de desenvolver o potencial econômico dessa camada da população, resgatando sua dignidade em um processo de reconstrução pessoal.

Os programas sociais que visem a recuperação do papel social dessa parte da sociedade, além de buscarem uma aplicação sustentável da renda transferida, não devem permitir que seus beneficiários assumam riscos desmedidos, comprometendo o desenvolvimento do projeto. Em paralelo a renda destinada a esses projetos, devem existir políticas que acompanhem e ajudem no desenvolvimento deles. A realidade se mostra diferente, o que se observa é que a grande maioria desses negócios tem como característica serem criados por indivíduos isolados ou pequenos grupos, e em sua maioria sem prévia experiências na condução de um negócio e por vezes, sem domínio do perfil do negócio escolhido. Esse cenário é reflexo de chamado empreendedorismo de necessidade, consequência da ausência de vagas disponível para reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Gaiger (2015) define que essa ativação da classe trabalhadora que vive na pobreza, vise não apenas o aumento da sua capacidade de compra mediante os programas de distribuição direta de renda, mas que se colham resultados positivos referentes ao desenvolvimento social e econômico local. Ainda segundo o autor, os empreendimentos de economia solidária, são terrenos férteis para prosperar a ideia de ativação do trabalhador mais pobre, visto suas características de gestão e cooperação no trabalho compartilhada e socialização dos meios de produção.

Essa ativação encontraria um terreno favorável na economia solidária, que supõe um elevado grau de iniciativa dos seus integrantes, com a vantagem adicional de que os empreendimentos solidários seriam apropriados ao desenvolvimento de mecanismos endógenos de retroalimentação. (GAIGER, 2015, p.04)

O modelo solidário em sua gênese, é estruturado para se apresentar como uma sociedade de pessoas e não de capital. Ou seja, vale-se da gestão e do trabalho cooperativo para atenuar as lacunas sociais dos seus integrantes. Ainda assim, é possível observar níveis de sustentabilidade que retornam resultados econômicos que viabilizam a continuidade do projeto. Um estudo apresentado por Gaiger em 1997, avaliou os vetores empreendedor e solidário de alguns EES. Onde o vetor empreendedor mensurava a capacidade do EES de garantir sua continuidade através dos seus resultados econômicos, e o vetor solidário avaliava o nível de autogestão e de participação dos integrantes do EES. O resultado do estudo apresentado pelo Gaiger, mostrava uma relação de correlação entre os dois vetores, que funcionavam de maneira a se complementarem e serviam de impulsionadores mútuos, segundo as próprias palavras do autor.

Examinando experiências selecionadas desde 1997, os estudos indicaram existir uma relação simbiótica entre o que designamos como vetor empreendedor e como vetor solidário: em regra, não se constata seu desenvolvimento unilateral, ou mesmo contraposto um ao outro, prevalecendo sua compatibilização e reforço mútuo. A força diferencial dos EES residiria no fato de a cooperação funcionar como fator de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente às demais alternativas de ocupação e renda ao alcance dos trabalhadores em questão. (GAIGER, 2015, p.08).

Ainda segundo Gaiger (2015), o fato da preservação do trabalho e de rendimentos mínimos para seus integrantes existente nesses empreendimentos, é o que reforça o caráter social dos EES, o que ele chamou de “comunidade de trabalho”. Essa preocupação de garantir um emprego e uma retirada mínima aos seus participantes, garante que o trabalhador restaure não apenas seu poder de compra, mas como sua dignidade perante a sociedade, visto que o trabalhador passa a se sentir pertencente a um grupo e dono de si.

A socialização dos meios de produção como alternativa para a redução das desigualdades econômicas entre os detentores da força de trabalho e os proprietários do capital, é a forma encontrada pelos empreendimentos solidários para transformar os trabalhadores em proprietário, acabando com a exploração da mão-de-obra pelo capital. Gaiger (2015), apresenta um estudo realizado com base nos dados do mapeamento dos EES, nele possível observar que quanto maior a igualdade entre os integrantes, mais bem-

sucedidos eram os EES. Esses casos representaram 80% dos EES analisados. Em contrapartida, nos outros 20%, onde existiam maiores desigualdades entre os integrantes, se aprofundava as diferenças econômicas e de poder de decisão, transformando os EES em empresas capitalistas convencionais.

Outro ponto observado na pesquisa, diz respeito aos direitos sociais dos integrantes de empreendimentos solidários. Devido a sua baixa capacidade de multiplicar seus recursos, onde os poucos recursos acumulados permitem a continuidade do processo produtivo e repartição de ganhos entre os integrantes de modo a garantir o emprego de todos, os EES não encontram espaços para fornecer direitos sociais como descansos remunerados, seguros e previdência. Assemelhando nesse quesito os EES a economia informal. Em contrapartida, foi observado que nos EES destaca-se a prática de assistência mútua entre os seus integrantes. Para os membros que estejam em situações de dificuldade como doenças, em 41% da EES analisadas, estavam previstas formalmente ajuda mútua entre os integrantes, em 53% dos casos essas ajudas foram espontâneas. Tal comportamento pode ser evidenciado como resultado do perfil democrático que predomina nos EES, que coloca a todos no mesmo patamar, agora não mais como trabalhadores e sim como sócios-proprietários do empreendimento.

Os EES apresentam um sistema de gestão totalmente diferente do encontrado nas empresas e organizações capitalistas, onde a hierarquia entre as funções e a distinção entre trabalhadores e proprietário é muito clara. O sistema de autogestão, em face as dificuldades cotidianas que limitam a efetivação dos princípios democráticos, pode abrir espaço para um sistema de gestão social mais limitado, não perdendo sua essência social que irá agir como diretriz orientativa. Como exemplo dessa limitação, podemos imaginar uma situação onde haja a necessidade de convocação de assembleia para deliberar sobre um assunto que demande uma certa celeridade na decisão, e dessa forma não seja possível aguardar a disponibilidade de todos os membros para a resolução do problema. Uma solução encontrada nos EES e a criação de um núcleo de dirigentes que representam o empreendimento e apresentam as deliberações aos demais associados em assembleias periódicas para prestação de contas.

Outro ponto apresentado por Gaiger como resultado de sua pesquisa, foi a ligação dos EES com a sua comunidade local. Foram encontradas ações recorrentes dentro da comunidade em 41% dos EES analisados, e apenas 25% não tinha algum tipo de atividade em sua comunidade. Segundo a pesquisa, quando fazemos um recorte nos EES mais bem-

sucedidos, quase não existe casos de experiências sem alguma relação com movimentos sociais, ONGs e o poder público. Demonstrando assim a importância do empreendimento de estar conectado a sua comunidade local, onde um grande número desses deles se tornam vetores de desenvolvimento local.

As diferenças sociais existentes no Brasil, podem ser observadas além das condições econômicas desiguais de sua população. Apresenta-se também, na desigualdade ao acesso aos direitos sociais básicos como saúde, segurança e educação. A maior parte dos integrantes dos EES, apresentam carência intelectuais consequentes da falta a uma educação de qualidade. Ficam limitados a um grau de conhecimento que não os permitem irem além de um nível de subalternidade, que garanta apenas o suficiente para serem utilizados como mão-de-obra barata para o sistema capitalista. Nesse contexto, os EES buscam através de convênios, fornecerem o complemento a educação dos seus integrantes, permitindo a qualificação técnica e também a valorização pessoal de cada um, fazendo com que seus integrantes desenvolvam tanto seu papel de trabalhador, como o de gestor do empreendimento.

Segundo Asseburg e Gaiger (2007), o maior perigo para o fracasso dos EES não se encontra capacidade intelectual ou da acumulação de capital dos seus integrantes, mas principalmente de um meio econômico predatório que não apresenta espaço para iniciativas que visem o bem-estar social, principalmente da classe mais pobre da sociedade.

Ainda assim, apesar das dificuldades encontradas no passado e no presente, os EES quando articulados em redes conseguem apresentar resultados que contrariam as perspectivas dos mais céticos, o que demonstra uma necessidade do poder público atua de modo a criar um cenário que permita cada vez mais a multiplicação desse tipo de empreendimento.

O valor talvez mais fundamental dos experimentos de economia solidária reside na mudança e no bem que acarretam para seus próprios protagonistas, ao escaparem da lógica dominante de classificação social. Eles criam sujeitos de suas relações econômicas e de seus vínculos sociais, colocam (mais uma vez) novos atores em cena, em favor de um presente mais digno e inclusivo, aumentam as possibilidades de um futuro melhor. (ASSEBURG e GAIGER, 2007, p.30).

O cenário positivo demonstrado pelos EES vem apresentando respostas ao sistema capitalista vigente, onde se constituem políticas de caráter neoliberais que a cada vez mais suprimem os direitos dos trabalhadores e excluem a classe mais pobre da sociedade da economia. A possibilidade de geração de emprego e renda para essa parcela da população atrai a cada vez mais a atenção de entusiastas, ativistas, organizações sociais e políticas, além de setores da esquerda, que viram nas características sociais dos EES, um resgate das lutas de classes do passado. Dessa maneira, o debate sobre economia solidária se faz cada vez mais presente, seja no meio político, acadêmico ou social.

CAPÍTULO 3 – AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ALAGOAS

3.1 O cenário socioeconômico do Brasil e de Alagoas

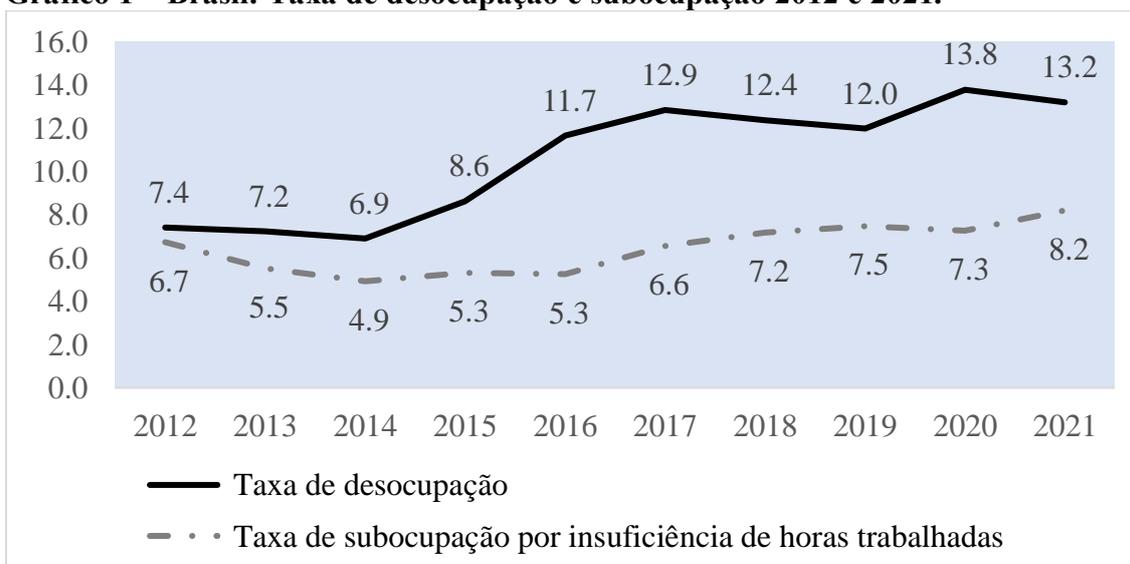
Ao longo dos últimos dez anos, o Brasil passou por mudanças constantes em sua política econômica e social, mudanças essas que ocasionaram variações significativas em seus indicadores. Durante o período que compreende os anos de 2002 e 2014, o país conheceu uma época de crescimento econômico e desenvolvimento social, a partir de 2015 o Brasil entraria em um processo de recessão econômica e desenvolvimentista. Consequência da crise política interna que se instaurou no país no ano de 2015 e por uma crise econômica devido ao fim do ciclo de alto nos preços das commodities, que na época era a principal mercadoria de exportação do mercado brasileiro, o Brasil viu seus indicadores sociais e econômicos despencarem e atingirem valores próximos a décadas atrás. Nos anos que se seguiram, entre 2016 e 2022, o Brasil passou a ser governado por lideranças com políticas alinhadas com o pensamento neoliberal, ambos os governos, Temer (2016 – 2018) e Bolsonaro (2019 – 2022), desconstruíram em partes, as políticas sociais que viam sendo implementadas no país, e que trouxeram resultados positivos principalmente para a parcela mais pobre da população. Como exemplo podemos citar as reformas trabalhistas dos anos de 2017 e 2019, que enfraqueceram os direitos dos trabalhadores e a participação sindical. A Lei 13.467/17, promulgada durante o governo Temer em 2017 teve entre outras as seguintes resoluções:

- Possibilidade do parcelamento das férias.
- Extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes (nesse caso o trabalhador não tem acesso ao seguro desemprego)
- Fim da contribuição sindical obrigatória.
- Criação da modalidade de trabalho intermitente.
- O trabalhador passa a arcar com os custos referentes a ações judiciais que venha a perder.

Tais ações, ao contrário de criar novos postos de trabalho, serviram apenas para aumentar o número de trabalhadores na informalidade, desocupados e subocupados, além de reduzir a renda per capita das famílias mais pobres e diminuir o poder de negociação dos sindicatos.

Segundo dados do IBGE, o desemprego no Brasil que foi de 6,9% em 2014, chegou a 13,8% em 2020. A subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, que significa que o trabalhador tem uma jornada de trabalho inferior a desejada, variou de 4,9% em 2014 para 8,2% em 2021. Ainda segundo a mesma pesquisa do IBGE, a taxa de informalidade variou de 38,6 em 2016 para 40,1 em 2020, como podemos observar no gráfico abaixo que ilustra a taxa de desocupação e subocupação no Brasil.

Gráfico 1 – Brasil: Taxa de desocupação e subocupação 2012 e 2021.



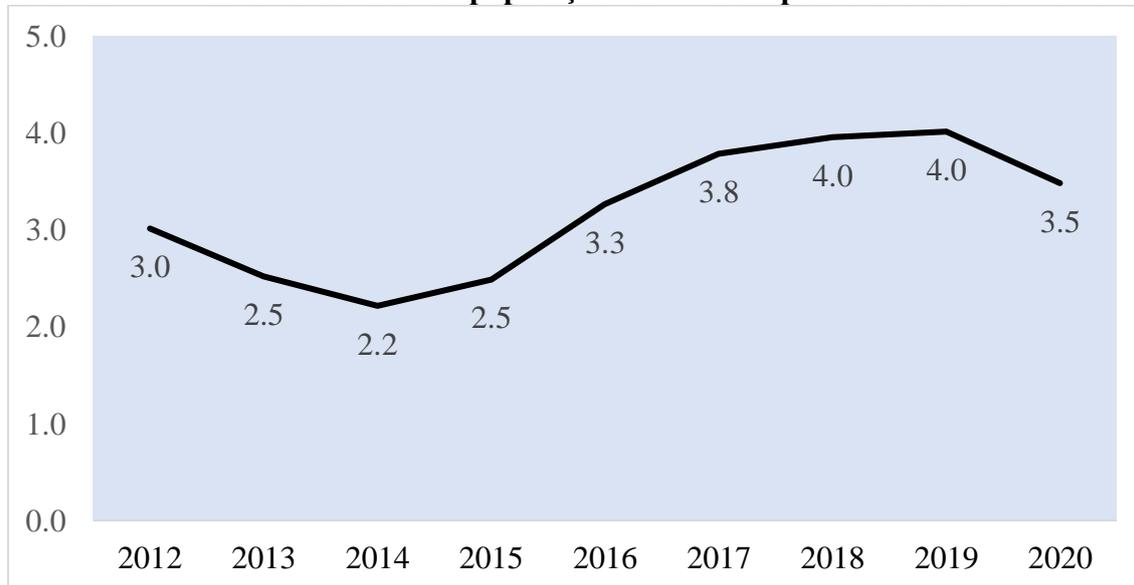
Fonte: Elabora pelo autor. IBGE. PNAD Contínua – Retrospectiva (2012-2021).

Sobre a taxa de desocupação, um ponto que deve ser levado em conta foi o impacto referente a pandemia do Covid-19, devido ao fechamento de algumas empresas decorrente das políticas sanitárias necessária para evitar a disseminação do vírus em um momento em que as taxas de transmissão estavam altas e não haviam vacinas disponíveis para imunizar a população.

Os números referentes à renda das famílias também mostram um retrocesso nesse mesmo período. Ao analisarmos a renda média domiciliar per capita entre os anos de 2012 e 2021, os dados fornecidos pelo IBGE mostra que houve uma redução de 4,51%, caindo de R\$1.417,00 para R\$1.353,00 nos referidos anos. Nesse período houve redução da renda em todas as classes sociais, porém, na classe que representa os 5% mais pobres da população, a redução representou quase metade do valor (48%), saindo de R\$75,00 em 2012 para R\$39,00 em 2021. Em decorrência dessa redução na renda da camada mais pobre da população, o número de pessoas vivendo na linha da pobreza, ou seja, com uma renda domiciliar per capita mensal acima de R\$89,00 e inferior a R\$178,00 aumentou

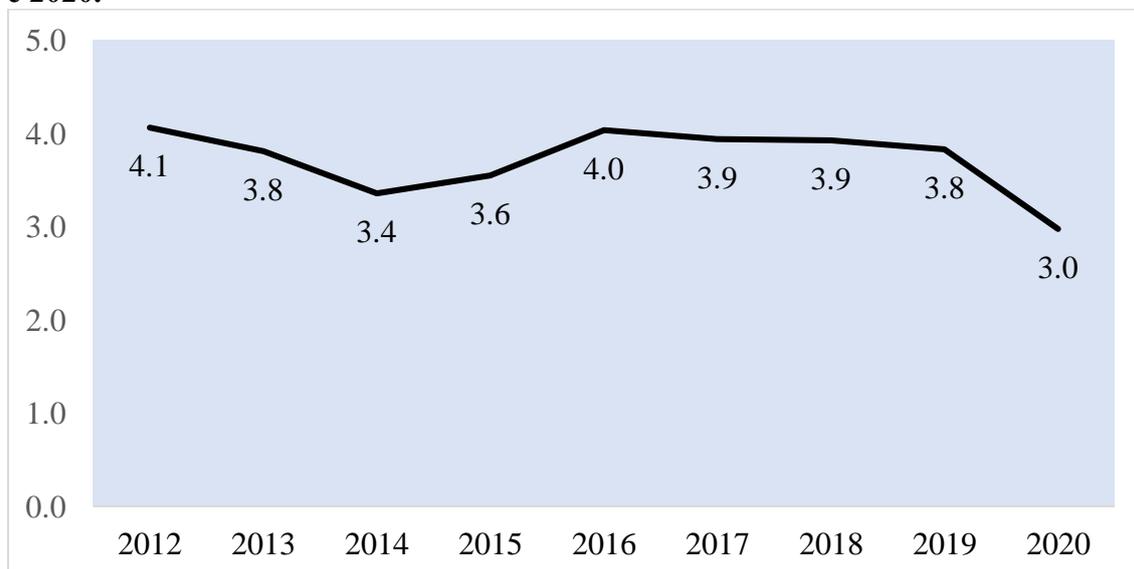
nesse mesmo período, saindo de 3,0% em 2012, atingindo seu menor valor em 2014 com 2,2%, alcançando seu máximo de 4,0% em 2018 e 2019, e fechando a série com 3,5% em 2020.

Gráfico 2 – Brasil: Percentual da população na linha da pobreza entre 2012 e 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (2020).

Gráfico 3 – Brasil: Percentual da população abaixo da linha da pobreza entre 2012 e 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (2020).

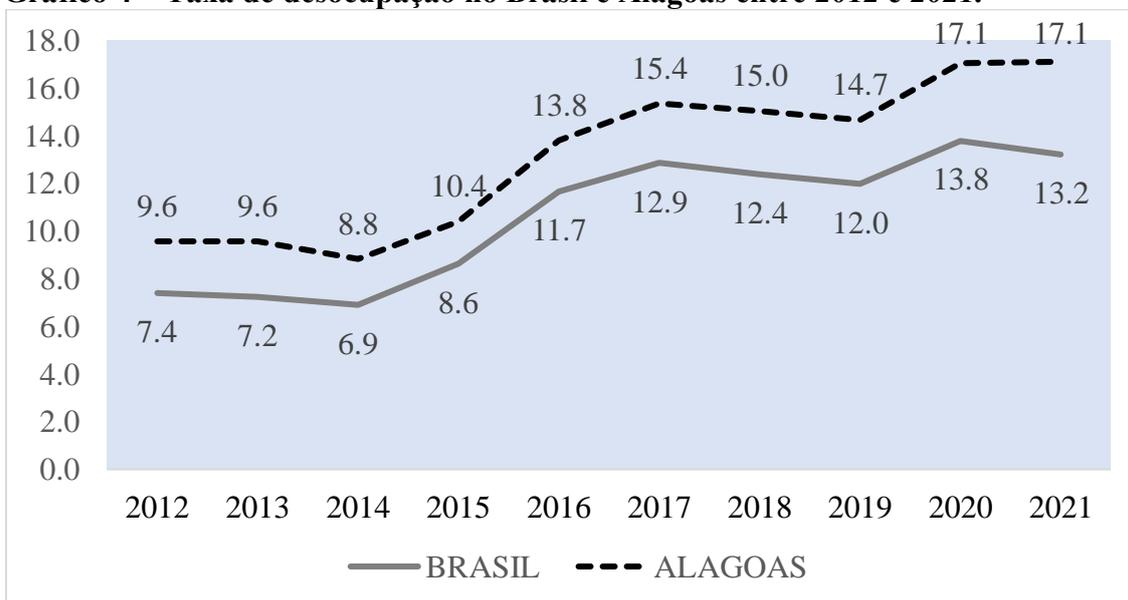
Em relação ao percentual da população que vive abaixo da linha da pobreza, que possuem renda domiciliar per capita mensal de até R\$89,00 e estão classificados como extremamente pobres, houve uma redução desse número no período analisado. Em 2012,

onde o indicador alcanço seu maior valor, esse número era de 4,1%, caindo posteriormente para 3,4% em 2014 e finalizando a série em 2020 com seu menor número 3,0%, conforme se observa nos gráficos 2 e 3 abaixo.

Aqui vale pontuar que as políticas de transferência de renda durante o período da pandemia do Covid-19 auxiliaram nesse resultado, de acordo com dados do Governo Federal, o programa de Renda Básica de Emergência, conhecido como Auxílio Emergencial (AE), atendeu a 67,9 milhões de brasileiros, o equivalente a aproximadamente 32,3% da população.

Segundo dados disponíveis na plataforma do IBGE referentes aos anos de 2021, o estado de Alagoas apresenta o menor IDH do país, 0,684 e o seu rendimento nominal per capita de R\$777, ficando à frente apenas do estado do Maranhão. A taxa de desocupação em Alagoas, acompanhou o movimento de elevação da taxa nacional no período entre 2012 e 2022. Porém, durante esse mesmo período o resultado apresentado sempre foi pior que o nacional. A taxa de desocupação em Alagoas chegou aos 17,1% nos anos de 2019 e 2020.

Gráfico 4 – Taxa de desocupação no Brasil e Alagoas entre 2012 e 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (2020).

Além disso, durante o período que vai de 2012 a 2020, o percentual de pessoas que vivem na linha da pobreza ou extrema pobreza cresceu em Alagoas. No ano de 2017, já existiam no território alagoano, mais pessoas vivendo na extrema pobreza que na pobreza. É a partir do ano de 2019 que esse cenário se reverte, consequência do auxílio

emergencial disponibilizado pelo governo federal com o intuito de combater os efeitos da crise gerada pela pandemia de covid-19, fazendo com que os números de 2020 cheguem próximos aos de 2012.

Tabela 1 – Alagoas: Percentual da população em relação ao rendimento domiciliar per capita mensal entre 2012 e 2020.

Ano/Rendimento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até R\$89	6,6	6,6	6,5	7,1	7,9	9,2	12,3	10,1	7,3
Entre R\$89 e R\$178	7,5	8,8	8,1	8,0	8,4	8,5	8,0	7,4	6,3

Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (2020).

3.2 Economia solidária hoje

A economia solidária no Brasil, passa a se estruturar em meados dos anos de 1990, com o crescente número de empresas recuperadas pelos trabalhadores, e o aumento das cooperativas populares nas periferias das cidades e das cooperativas formadas nos assentamentos agrários. Em 2001 aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial, onde cerca de 16 mil pessoas de 117 países diferentes estiveram em Porto Alegre entre os dias 25 e 30 de janeiro daquele ano, para participar dos debates promovidos pelas oficinas no evento. A oficina intitulada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, foi apresentada para 1500 participantes que puderam discutir sobre as perspectivas socioeconômicas de trabalho e renda, políticas públicas e auto-organização dos trabalhadores. Visto o interesse comum sobre o tema e a necessidade de se organizarem, diversas práticas associativas solidárias de diversas áreas de atuação se organizam e formam o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, com o objetivo de divulgação e construção da economia solidária no Brasil.

A política mais importante para institucionalizar a economia solidária no governo federal é sem dúvida a de formação em economia solidária. Esta era quase inteiramente desconhecida no âmbito do governo, inclusive no MTE. Contava, não obstante, com a simpatia mesclada de curiosidade da maioria das pessoas que ocupava cargos no governo do presidente Lula, particularmente daqueles que estavam encarregados de executar programas como o Fome Zero, Bolsa Família, Reforma Agrária, Primeiro Emprego, Luz para Todos e outros que visam a combater a miséria e a exclusão social. (SINGER, 2009, p.44).

Em 2003 durante o governo Lula, é criada a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidaria) vinculado à Ministério do Trabalho e Emprego, e para comandar a

pastas, é nomeado o Prof. Paul Singer. A SENAES inicia seus trabalhos de fomento e difusão da economia solidária dentro da própria estrutura do governo.

Outra política importante da SENAES foi o mapeamento da economia solidária no Brasil, que deu origem ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Em 2004 se inicia o mapeamento no território nacional abrangendo 53% dos municípios brasileiros e em 2007 foi divulgado do Atlas da Economia Solidária, com as informações acerca dos empreendimentos solidários mapeados. Em 2013, temos o resultado do segundo mapeamento, que foi realizado no período entre 2010 e 2013, porém dessa vez o número de municípios mapeados foi menor que o anterior, 43%. Segundo Gaiger (2013), devido ao lapso temporal e a diferentes metodologias empregadas nos dois levantamentos, a comparação entre os dados observados é impossibilitada. Dessa forma, iremos tomar como referência para nossa análise, os dados do segundo mapeamento (2013), por apresentar dados mais recentes.

De acordo com os dados da pesquisa, foram mapeadas 19.708 ES no território nacional, distribuídos por todas as regiões do país, com predominância da região nordeste, onde foram mapeados 8040 ESS, o equivalente a 40,8% do total.

Sobre a distribuição das EES por unidade federativa, aqui vale destacar os Estados que apresentaram uma quantidade superior aos 5% do total mapeado, sendo eles: Bahia (7% e 1452 EES), Ceará (7% e 1449 EES), Pernambuco (8% e 1503 EES), Rio Grande do Sul (9% e 1696 EES), Minas Gerais (6% e 1188), São Paulo (6% e 1167 EES) e Pará (7% e 1358 EES).

Quando analisamos a área de atuação dos EES mapeados, encontramos uma predominância de atuação no meio rural, com 55% das EES atuando nessa área. Essa superioridade do meio rural sobre o urbano e o misto (urbano e rural), é identificada na maioria das regiões, sendo exceções apenas na região sul e sudeste, onde foram mapeadas uma quantidade maior de EES atuando na área urbana do que na área rural. A respeito da forma de organização, o mapeamento mostrou que a maioria das EES se organizam em forma de associações (60%), seguido de grupos informais (31%), cooperativas (9%) e sociedades mercantis (1%). Também nesse aspecto, as regiões Sul e Sudeste foram as que apresentaram resultados diferentes do demais regiões e do total nacional. No sul e sudeste predominaram as organizações em forma de grupos informais com 44% e 48% respectivamente.

Tabela 2 – EES mapeadas no Brasil por Unidade da Federação, Área de Atuação e Forma de Organização. Ano(s): 2009 a 2013.

Região/Estado	Total de EES	Total de EES (%)	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil
NORDESTE	8040	41%	5804	1554	682	1675	5969	368	28
Alagoas	323	2%	144	85	94	144	153	26	0
Bahia	1452	7%	1153	190	109	294	1057	93	8
Ceará	1449	7%	1147	258	44	213	1196	39	1
Maranhão	838	4%	651	109	78	63	746	24	5
Paraíba	416	2%	266	115	35	191	202	23	0
Pernambuco	1503	8%	1001	347	155	308	1122	67	6
Piauí	800	4%	503	204	93	280	483	35	2
Rio Grande do Norte	1158	6%	894	226	38	158	946	48	6
Sergipe	101	1%	45	20	36	24	64	13	0
SUL	3292	17%	1382	1392	518	1450	1194	606	42
Paraná	832	4%	302	416	114	331	361	137	3
Rio Grande do Sul	1696	9%	648	784	264	880	508	280	28
Santa Catarina	764	4%	432	192	140	239	325	189	11
SUDESTE	3228	16%	959	1970	299	1567	1309	318	34
Espírito Santo	572	3%	367	190	15	112	416	42	2
Minas Gerais	1188	6%	375	599	214	607	505	63	13
Rio de Janeiro	301	2%	34	236	31	206	75	18	2
São Paulo	1167	6%	183	945	39	642	313	195	17
NORTE	3127	16%	1566	1270	290	802	2044	273	8
Acre	341	2%	221	96	24	76	240	25	0
Amapá	328	2%	108	195	25	123	176	28	1
Amazonas	378	2%	105	260	13	215	135	23	5
Pará	1358	7%	720	505	132	248	955	153	2
Rondônia	238	1%	181	44	13	3	218	17	0
Roraima	80	0%	26	44	10	15	51	14	0
Tocantins	404	2%	205	126	73	122	269	13	0
CENTRO OESTE	2021	10%	1082	670	269	524	1307	175	15
Distrito Federal	246	1%	45	197	4	120	105	17	4
Goiás	843	4%	545	115	183	59	669	110	5
Mato Grosso	638	3%	406	163	69	173	425	38	2
Mato Grosso do Sul	294	1%	86	195	13	172	108	10	4
BRASIL	19708	100%	10793	6856	2058	6018	11823	1740	127

Fonte: Elaborado pelo autor. Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES) (2013).

Em Alagoas, no ano de 2013 haviam 323 atuando em sua maioria na área rural (144), seguida da atuação mista (94) e depois no urbano (85). Estavam organizadas em

153 associações, 144 grupos informais e 26 cooperativas, não foram mapeadas sociedades mercantis.

Analisando os motivos que levaram a criação dos empreendimentos solidários, no Brasil o motivo principal é a opção de renda complementar para seus integrantes, seguido de uma alternativa de emprego com 46,2%. Em Alagoas as posições se invertem, para 73,4% dos integrantes a EES representa uma alternativa de emprego, e para 52%, uma forma de complementar a renda.

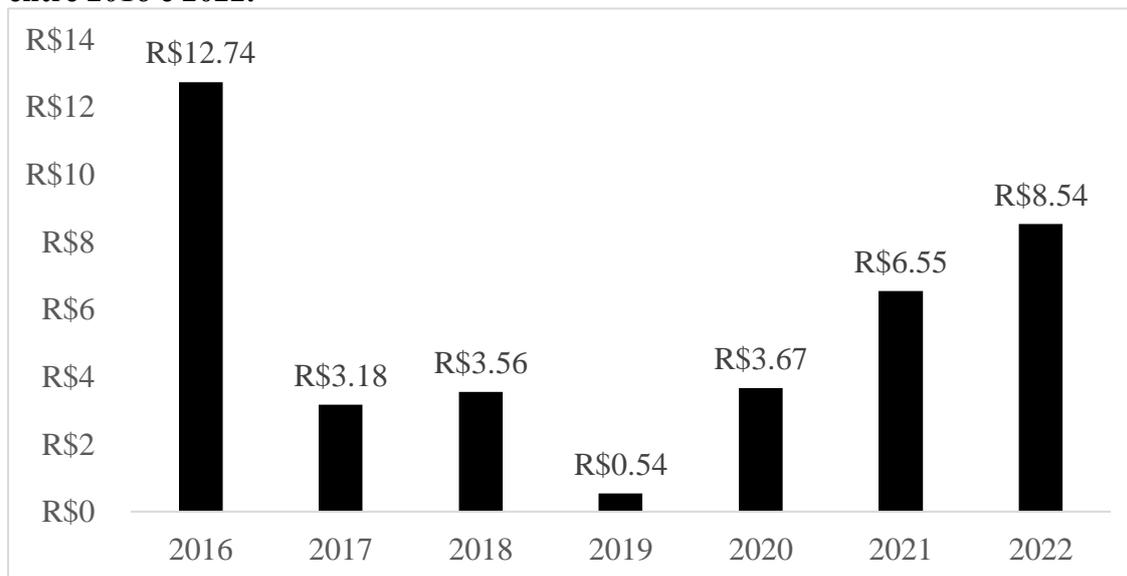
Tabela 3 – Motivos para a criação das EES no Brasil e Alagoas. Ano(s): 2009 a 2013.

O que motivou a criação da EES	Brasil		Alagoas	
	EES	EES (%)	EES	EES (%)
Uma alternativa ao desemprego	9106	46,2%	237	73,4%
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	8471	43,0%	119	36,8%
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	9624	48,8%	168	52,0%
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	8024	40,7%	105	32,5%
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	2828	14,3%	80	24,8%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4130	21,0%	26	8,0%
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	601	3,0%	12	3,7%
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3801	19,3%	57	17,6%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5646	28,6%	93	28,8%
Alternativa organizativa e de qualificação	3160	16,0%	29	9,0%
Incentivo de política pública (governo)	3113	15,8%	22	6,8%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	1510	7,7%	8	2,5%
Fortalecimento de grupo étnico	1912	9,7%	15	4,6%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	1607	8,2%	9	2,8%
Outro	1890	9,6%	13	4,0%

Fonte: Elaborado pelo autor. Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES) (2013).

Atualmente, houveram mudanças significativas que impactaram no desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Em 2018 foi extinto o Ministério do Trabalho e Emprego, e a SENAES passou a integrar o Ministério da Cidadania. Nessa nova gestão, as competências que tinham relação com economia solidária se limitaram a políticas de assistência social e distribuição de renda. Esse projeto de desaceleração da economia solidária no país pode ser observado nos investimentos direcionados as políticas públicas dessa natureza.

Gráfico 5 – Valores em milhões de reais, investidos pelo governo federal no projeto de fomento e fortalecimento da economia solidária, associativismo e cooperativismo entre 2016 e 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor. Portal da transparência.

Os valores destinados ao programa de fortalecimento da institucionalização da política nacional de economia solidária, que fora de R\$5.537.972,32 em 2014, foi reduzido para R\$2.136.686,88 em 2015 e zerados a partir do ano de 2016. Já o projeto de fomento e fortalecimento da economia solidária, associativismo e cooperativismo, após ter seus valores reduzidos consideravelmente nos anos de 2017, 2018 e atingindo seu menor número em 2019, voltou a crescer nos anos seguintes, porém, ainda não chegou ao patamar de 2016.

3.3 Cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Alagoas

3.3.1 As lutas dos catadores de materiais recicláveis

Embora não se possa precisar quando a atividade de catação do lixo passou a ser um meio de sobrevivência do homem, o fato de que algumas pessoas dependerem daquilo que encontram nos lixos para se alimentarem ou fazerem comércio é antiga. Em 1974, o poeta Manoel Bandeira em sua obra “O Bicho” já denunciava essa relação do homem e o lixo na nossa sociedade. O ato de revirar o lixo sempre foi visto como uma atividade desprezível na sociedade, e destinada aos excluídos socialmente.

Na realidade, a necessidade de limpeza das ruas apoiava-se mais em valores morais e intenções punitivas do que em um ideário sanitário. Quem realizava esse trabalho de recolhimento das sujeiras eram os considerados excluídos da sociedade: negros e mulatas forras e os fora da ordem 'presos', estes também vinculados à imagem de dejetos. (MIZIARA, 2009, p.03).

Nesse contexto de exclusão social, onde a camada socialmente excluída da população encontra na catação de materiais uma alternativa para sobrevivência, é que se inicia as organizações para o fortalecimento da atividade de catador. Para Singer (2002), dentre as inúmeras experiências de cooperativismo, o caso dos catadores de lixo demanda uma atenção especial, visto que a atividade de recolher materiais recicláveis no lixo se apresenta como alternativa última para essas pessoas. Sendo em grande parte moradores de rua ou próximo aos lixões, e vivendo em condições de extrema pobreza, essas pessoas são exploradas por atravessadores que se aproveitando da condição de vulnerabilidade dos catadores, compram o material recolhido pelos catadores por valores irrisórios. Dessa maneira, é que as organizações solidárias, como as cooperativas de catadores, promovem a defesa aos seus integrantes. As cooperativas permitem que os catadores possam se organizar e vender a sua força de trabalho através dos materiais recolhidos a preços mais justos, além de representarem os interesses dos catadores junto ao poder público, buscando políticas públicas e recursos que tragam melhorias a sua atividade. Assim, a cooperativa se mostra não apenas como uma organização para melhores retornos financeiros, mas como uma maneira que os catadores encontram de se incluir na sociedade resgatando sua dignidade através do trabalho.

As primeiras organizações de catadores de materiais recicláveis do Brasil se iniciam no final da década de 1980, na cidade de São Paulo com a fundação da primeira cooperativa de catadores do país, a COOPAMARE. Já no dia 01 de maio de 1990 tivemos a fundação da Associação dos Catadores de Belo Horizonte (ASMARE). Na década de 1990, duas importantes leis foram criadas em benefícios ao trabalho dos catadores. No dia 05 de abril de 1990 na cidade de São Paulo, a então prefeita Maria Erundina assina um decreto municipal reconhecendo a atividade de catador de recicláveis como trabalho. Já em 1992, na cidade de Belo Horizonte, foi promulgada a lei orgânica municipal determinando que todo o material proveniente da coleta seletiva das residências deveria ser destinado prioritariamente aos catadores. Em 1999, a cidade de Belo Horizonte sediava o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, no qual foi planejada a realização

do 1º Congresso Nacional de Catadores, que viria a ser realizado em 2001 e onde foi emitida a Carta de Brasília, documento que expressava as necessidades da população que sobrevive da coleta de materiais.

Em 2000 vem o primeiro reconhecimento formal para a categoria, com a portaria publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego que passa a reconhecer a atividade de catador de recicláveis no rol das profissões brasileiras. Em 2006, a lei 11.445/07 da política nacional de saneamento facilita a contratação de cooperativas e associações de catadores pelo serviço público, dispensando o processo de licitação nesses contratos. Ainda no mesmo ano, a LDO permitiu que a União direcionasse os recursos diretos para as cooperativas e associações sem a necessidade de destinar os recursos para as prefeituras. Já 2010 foi ano da promulgação da política nacional de resíduos sólidos, que exige dos setores públicos e privados uma maior transparência no gerenciamento nos resíduos sólidos.

Segundo Barros (2018), embora a atividade de catador de recicláveis já seja considerada uma profissão no Brasil, o trabalho desses profissionais ainda é realizado de maneira muito precária. Esses trabalhadores podem ser encontrados nas ruas, realizando as coletas em residências ou centros comerciais, ou nos lixões, onde a situação é mais grave devido ao alto grau de insalubridade que a que os coletores de materiais recicláveis são expostos. Quando realizado de maneira autônoma, o trabalhador na sua grande maioria utiliza equipamentos de baixa qualidade, expondo o trabalhador a riscos na movimentação de materiais e no seu trajeto pela cidade. Organizados em cooperativas, os trabalhadores têm a possibilidade de ter em mãos melhores equipamentos para realizar a sua atividade, além da possibilidade de qualificação do trabalho através de treinamentos, gerando maiores lucros através do ganho de produtividade.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, com base nos dados do IGBE (Censo Demográfico 2010 e PNAD 2012), apresentou um relatório com os indicadores socioeconômicos dos catadores de recicláveis no Brasil. Segundo o relatório, o número de catadores no Brasil era 387.910, as regiões Sudeste e Nordeste são onde se concentram a maior parte dos catadores de recicláveis apontados pelo relatório, representando 42% e 30% respectivamente do total no país. O perfil mais comum dos catadores foi de homens (68,9%), negros (66,1%) e residente em área urbana (93,3%). O rendimento médio entre os catadores de recicláveis no Brasil foi de R\$571,56,

sendo a região Sudeste com o maior rendimento, R\$ 629,89 e o Nordeste com o menor, R\$459,34. Outros indicadores podem ser observados no quadro a seguir.

Tabela 4 – Brasil: Indicadores socioeconômicos dos catadores de materiais recicláveis. Ano:2013.

Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	C. Oeste	Norte
Total de catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
Média de Idade dos Catadores(as)	39,4	38,9	40,6	38,3	40	36,5
(%) de Mulheres	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
(%) de Negros (pretos e pardos)	66,1	41,6	63	78,5	71,3	82
(%) de Catadores (as) residentes em área urbana	93,3	93,5	96,2	88,5	95,6	93,2
Total de residentes e domicílio com pelo menos 1 catador (a)	1.426.584	196.787	578.190	456.060	99.412	96.135
Rendimentos médio do trabalho dos catadores (as) (R\$)	571,56	596,9	629,89	459,34	619	607,25
% de residentes em domicílios com pelo menos 1 catador (a) extremamente pobres (mesmo de R\$70,00 per capita)	4,5	4,1	2,2	8,4	1,8	3,8
% de catadores (as) com contribuições previdenciárias	57,9	46,8	63,4	53,8	63,1	62,4
Taxa de analfabetismo entre os catadores	20,5	15,5	13,4	34	16,6	17,2
% de catadores (as) com 25 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo	24,6	20,6	28,3	20,4	23,9	30
% de catadores (as) com 25 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo	11,4	7,9	13,5	9,7	10,8	14

Fonte: Elaborado pelo autor. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (IPEA) (2013).

Quando realizamos a comparação entre os resultados encontrados nas três pesquisas, IBGE 2010, IPEA 2013 e SNIS-RS 2019 em relação a quantidade de catadores total, autônomos ou pertencentes a alguma organização, identificamos que menos de 10% dos catadores de recicláveis estão vinculados a alguma cooperativa ou associação.

3.3.2 As cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Alagoas

Segundo os dados do IPEA (2013), em Alagoas existem 8.294 catadores de materiais recicláveis. Desses, 33,6% são mulheres, 74,4% são negros 88,9% residem em áreas urbanas. A taxa de analfabetismo é de 41,3%, superando a taxa nacional (20,5%) e a regional (34%). Da mesma forma, o rendimento médio apresenta valores inferiores ao regional e ao nacional, sendo R\$455,4 em Alagoas, R\$459,34 na região Nordeste e R\$571,56% no Brasil.

Para Barros (2018) mesmo com a ausência de um mapeamento das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis de Alagoas, que possa fornecer um diagnóstico da atual situação das organizações, é possível notar que a situação das organizações é bastante variada. A falta de equipamentos para operação, que vão desde Equipamento de Proteção Individual (EPIs) para o manuseio seguro dos resíduos, até balanças e prensas para a comercialização dos recolhidos, além de um local adequado para a atividade, é uma realidade em muitas das organizações. Exceção das cooperativas de Maceió que possuem galpões de produção e algumas no interior que possuem locais cedidos pelo poder público. Em 2016 foi realizado o VI encontro estadual dos catadores de Alagoas, organizado pelo movimento estadual dos catadores em parceria com a Secretaria do Estado do Trabalho e Emprego de Alagoas (SETE-AL). Onde os catadores puderam expor suas dificuldades e buscar apoio junto ao Estado por melhores condições para o seu trabalho.

Segundo dados da Secom-AL, em 2021, o prefeito de Maceió renovou o contrato com as cooperativas de catadores de recicláveis que prestam serviços ao município por mais um ano e garantindo a renda mensal para 130 famílias. Na mesma época, a cidade contava com 29 pontos de entrega voluntária (PEV) espalhados pela cidade, onde as pessoas realizavam o descarte de forma seletiva, facilitando o recolhimento dos resíduos pelos catadores. Em um período de 06 meses, foram recolhidas cerca de 500 toneladas de materiais recicláveis.

3.3.3 Perfil socio econômicos dos catadores de recicláveis de Alagoas

Para análise do perfil socio econômico dos integrantes das organizações dos catadores de materiais recicláveis de Alagoas, será utilizado como fonte de informações os dados coletados através do questionário aplicado pelo Projeto Catamais do Ministério de Trabalho e Emprego executado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego em convênio com a Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL (ITS-FEAC-UFAL). O questionário foi aplicado em uma amostra de 311 catadores de 25 empreendimentos distribuídos em 21 município alagoanos, entre os dias 31 de agosto e 22 de outubro de 2021. As perguntas do questionário, além de mapear as condições socio econômicas dos integrantes, também possui perguntas direcionadas as características da cooperativa ou associação a qual o integrante faz parte, e tem como objetivo identificar características presentes na gestão do empreendimento.

Os dados obtidos através do questionário foram consolidados em uma planilha do software Microsoft Excel, e usando os recursos disponíveis no programa, foram realizadas as análises dos dados e a criação das tabelas e gráficos que serão apresentados.

Tabela 5 – Cooperativas e associações de catadores de recicláveis de Alagoas.

Município	Cooperativa/Associação	Sigla/Nome
ARAPIRACA	Associação dos Resíduos Sólidos de Arapiraca	ASCARA
	Associação dos catadores de matérias recicláveis de Mangabeiras Arapiraca	ASCAMAN
CAMPO ALEGRE	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Alegre	COOPMARCA
CORURIBE	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis São José	ASCAMARE
CRAÍBAS	Associação de trabalho dos Catadores de Craíbas	ACRTPT
DELMIRO GOLVEIA	Associação dos Catadores de Delmiro Gouveia-AL	ASCADEL
IGACI	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Igaci	-
INHAPI	Associação de Catadores e Recicladores Alagoanos Inhapi	ASCRA
JAPARATINGA	Cooperativa Alagoana do Catadores de Materiais Recicláveis do Litoral Norte	COOPERNORTE
JOAQUIM GOMES	Recicladores e recicladoras de Joaquim Gomes-AL	ASRECIJOG

MACEIÓ	Cooperativa de Recicladores de Alagoas	COOPREL
	Cooperativa dos Catadores da Vila Emater	COOPVILA
	Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió	COOPLUM
	Cooperativa De Trabalho Das Catadoras e Catadores Da Lagoa Mundaú	COOPMUNDAU
MARAGOGI	Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Maragogi	UNIRECICLA
MARECHAL DEODORO	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Marechal Deodoro	COOPMAR
PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Palmeira dos índios	ACAMRPI
PILAR	Associação dos catadores de resíduos recicláveis de Pilar	-
PIRANHAS	Associação de Catadores e Recicladores do Município de Piranhas	ASCARPI
POÇO DAS TRINCHEIRAS	Associação de Catadores e Recicladores de Poço das Trincheiras	ACRTPT
QUEBRANGULO	Associação dos Recicladores de Quebrangulo	AREQUE
ROTEIRO	Associação de Catadores de Recicláveis de Roteiro	ASCARR
SÃO JOSÉ DA TAPERA	Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de São José da Tapera AL	ASC MART
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Miguel dos Campos	ACAMARE
SANTANA DO IPANEMA	Associação de catadores e recicladores de resíduos sólidos	RECICLA SANTANA

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Dentre os 21 municípios que participaram do questionário, apenas Maceió e Arapiraca possuem mais de 01 empreendimento, dentre aqueles que foram entrevistados, em seu território. Sendo Arapiraca com 02 EES (ASCARA e ASCAMAN) e Maceió com 04 EES (COOPREL, COOPVILA, COOPLUM e COOPMUNDAU). Desses, a COOPREL de Maceió possui duas unidades que operam em bairros distintos da cidade, COOPREL Antares e COOPREL Benedito Bentes. Reflexo dessa maior quantidade de cooperativas e associações de catadores em Maceió é percebida na Tabela 6 abaixo, que apresenta o percentual de cada município na proporção dos integrantes dos EES que foram entrevistados.

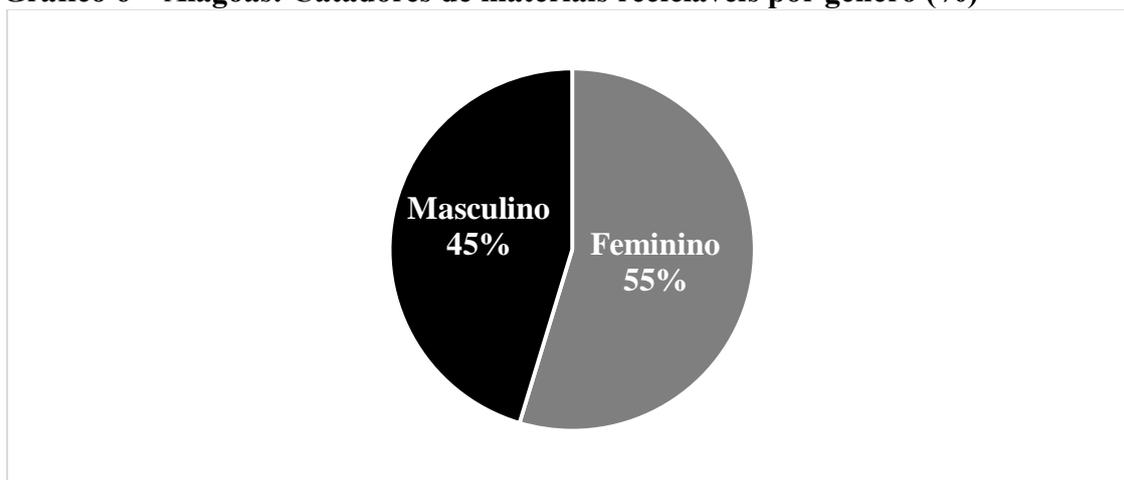
Tabela 6 – Alagoas: Quantidade total e percentual dos EES e dos seus membros entrevistados por Município

Município	Membros dos EES		Quantidade de EES	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Maceió	114	37%	4	16%
Arapiraca	24	8%	2	8%
Pilar	23	7%	1	4%
Marechal Deodoro	21	7%	1	4%
Palmeira dos índios	18	6%	1	4%
Delmiro Gouveia	16	5%	1	4%
Coruripe	13	4%	1	4%
Joaquim Gomes	10	3%	1	4%
Porto Calvo	10	3%	1	4%
São José da Tapera	10	3%	1	4%
Maragogi	8	3%	1	4%
Campo Alegre	7	2%	1	4%
Craíbas	6	2%	1	4%
São Miguel dos Campos	6	2%	1	4%
Inhapi	5	2%	1	4%
Piranhas	5	2%	1	4%
Poço das Trincheiras	4	1%	1	4%
Roteiro	4	1%	1	4%
Igaci	3	1%	1	4%
Quebrangulo	3	1%	1	4%
Santana do Ipanema	1	0,3%	1	4%

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Sobre o gênero predominante nas EES, podemos observar no Gráfico 8 que 55% dos entrevistados eram do sexo feminino contra 45% do sexo masculino. Embora o trabalho de coleta seja considerado pesado devido ao esforço para movimentação dos resíduos, alguns fatores contribuem para que haja uma maior participação das mulheres nos empreendimentos solidários. O fato de o mercado de trabalho formal ainda ser mais receptivo para os homens e a baixa remuneração das atividades nos empreendimentos solidário, abre oportunidade para que os homens encontrem ocupação em outros setores, como na construção civil, agricultura, serviços de carga e descarga. Para as mulheres, a flexibilidade dos trabalhos nas EES, permitem que elas consigam conciliar com suas atividades familiares.

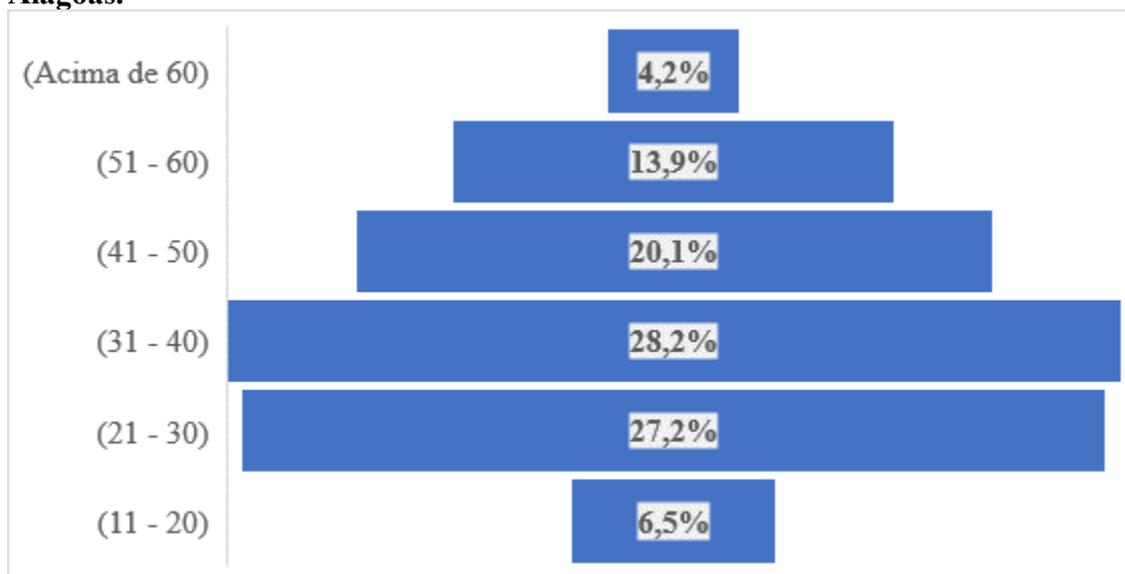
Gráfico 6 – Alagoas: Catadores de materiais recicláveis por gênero (%)



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Já a pirâmide etária apresentada no gráfico 7, mostra que existe uma predominância entre os integrantes dos EES na faixa etária que compreendem os 31 até os 40 anos, com 28,2% dos entrevistados, seguido das faixas etárias que vão de 21 até 30 anos com 27,2%. Foi possível observar a participação de pessoas de faixas etária que variavam dos 11 anos até os 80 participando de alguma atividade dentro dos empreendimentos, o que mostra uma oportunidade para as pessoas com idades que em via de regras possuem menores oportunidade no mercado de trabalho.

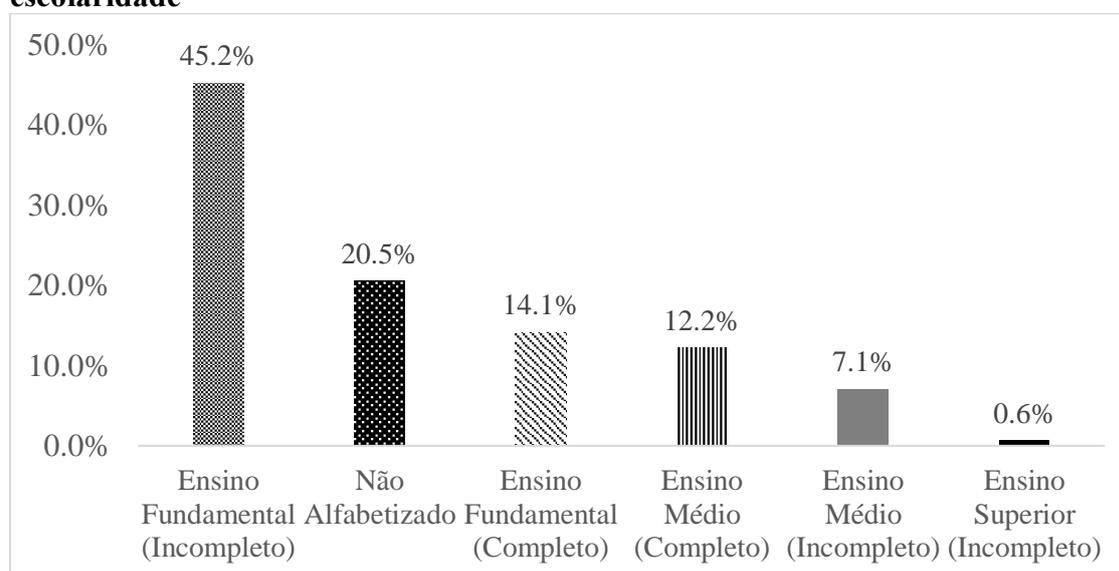
Gráfico 7 – Pirâmide da faixa etária dos catadores de materiais recicláveis de Alagoas.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

O outro indicador analisado foi a escolaridade, e o fato alarmante é que além da taxa de 20,5% de analfabetismo entre os integrantes dos empreendimentos solidário, temos que 99,4% não concluíram o ensino médio e 65,7% tem apenas o fundamental incompleto. Podemos observar no gráfico 8 que o número de analfabetos só não foi maior que daqueles que não concluíram o ensino fundamental. Esse número reflete a atual situação do Estado de Alagoas, que amarga a última colocação em alfabetização no Brasil, segundo dados do IBGE.

Gráfico 8 – Alagoas: percentual dos catadores de materiais recicláveis por grau de escolaridade



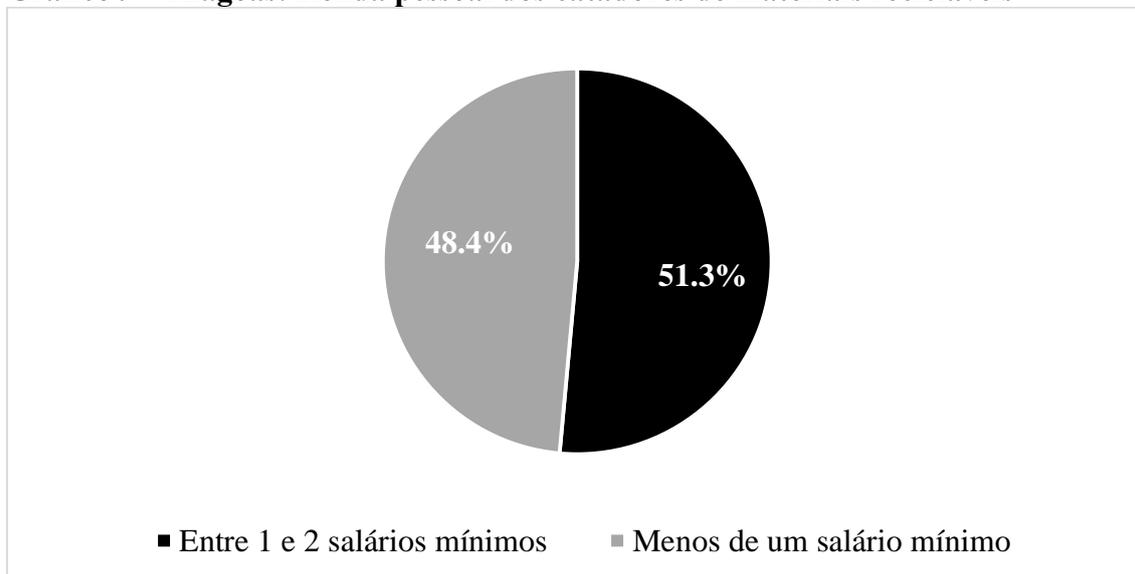
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

A renda pessoal dos catadores de materiais recicláveis entrevistados encontrava-se em sua maioria entre a faixa de 1 a 1 e 1/2 salários mínimos (51%). Ainda assim, com um percentual muito próximo daqueles que recebem menos de 1 salário mínimo (49%). Para auxiliar na renda familiar, parte dos integrantes, o equivalente a 23% dos entrevistados, buscam complementar suas rendas através de outras atividades profissionais, sendo na construção civil, no comércio, nos serviços domésticos, catação de sururu e etc.

A grande maioria dos integrantes dos empreendimentos solidários, 97,1% responderam que o trabalho como catador é a sua principal atividade econômica. Entre eles, 77% disseram não possuir uma outra atividade profissional, o que nos mostra o caráter inclusivo dos EES, visto que essas pessoas estariam a margem do mercado de trabalho em virtude da sua escolaridade, e dentro das cooperativas e associações

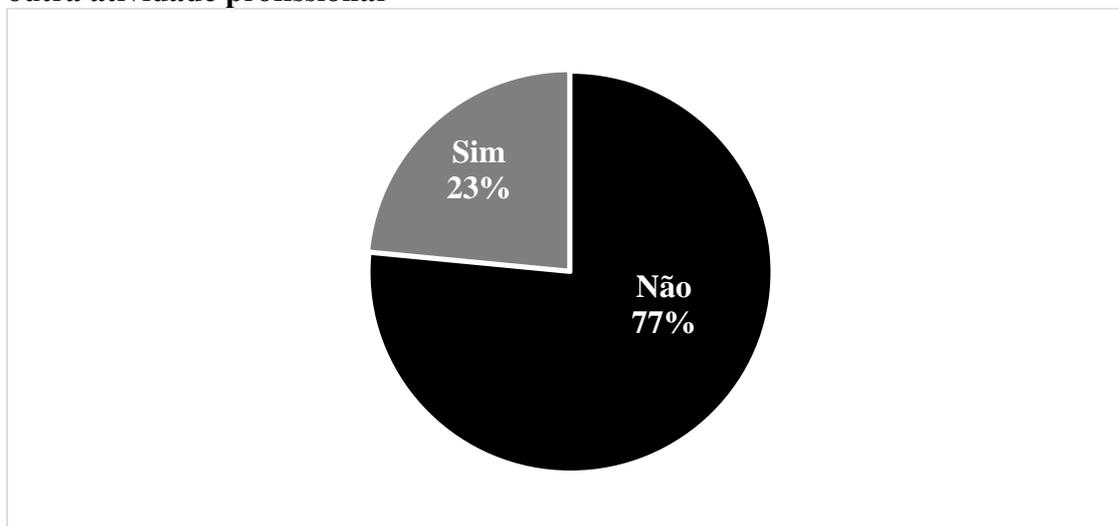
encontram oportunidade de emprego. Daqueles que exercem outra atividade complementar, a maior parte disse trabalhar com vendas, agricultura, serviços domésticos e construção civil.

Gráfico 9 – Alagoas: Renda pessoal dos catadores de materiais recicláveis.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Gráfico 10 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que possuem outra atividade profissional

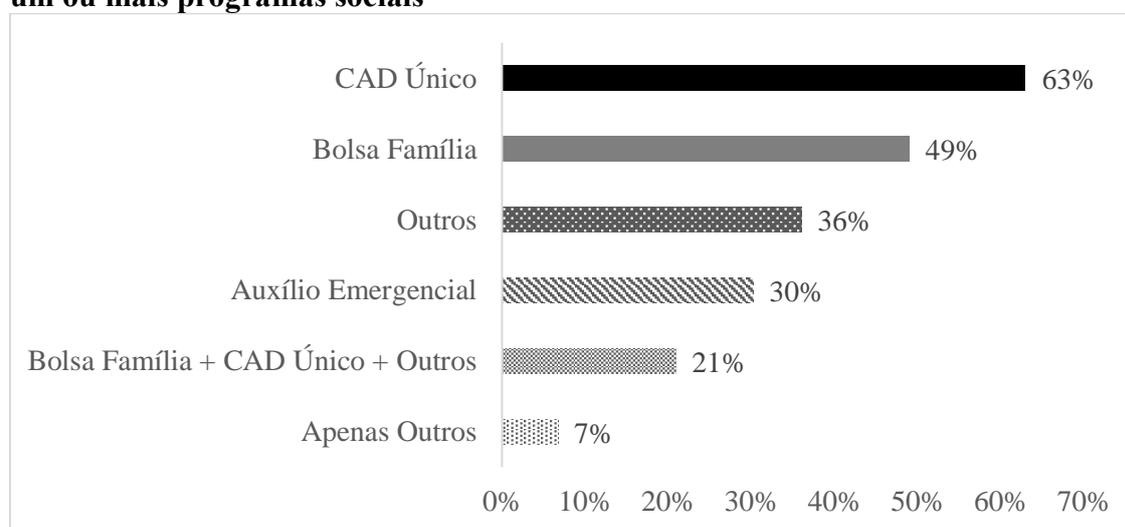


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Outra fonte de complemento de renda dessas famílias, são os programas sociais de combate à pobreza disponibilizados pelo Governo Federal, Estados e Município. Dentre essas famílias, 72% recebem algum tipo de recurso proveniente desses programas, seja transferência direta de renda ou recebendo gás de cozinha da prefeitura. A maioria

dos integrantes estão cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, o que possibilita o cadastro de benefícios como o Bolsa Família, o qual 49% dos integrantes estavam recebendo o Auxílio Emergencial, que em 2021 atendeu a 30% dos integrantes período que coincidiu com a pandemia do Covid-19. Outros 36% dos entrevistados recebem outros benefícios, e 21% estão cadastrados no CadÚnico e recebendo benefícios do Bolsa Família e em algum outro programa social. Os complementos de rendas dos integrantes dos EES podem ser observados nos Gráficos 11 e 12 abaixo:

Gráfico 11 – Alagoas: Percentual dos integrantes dos EES que são cadastrado em um ou mais programas sociais



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

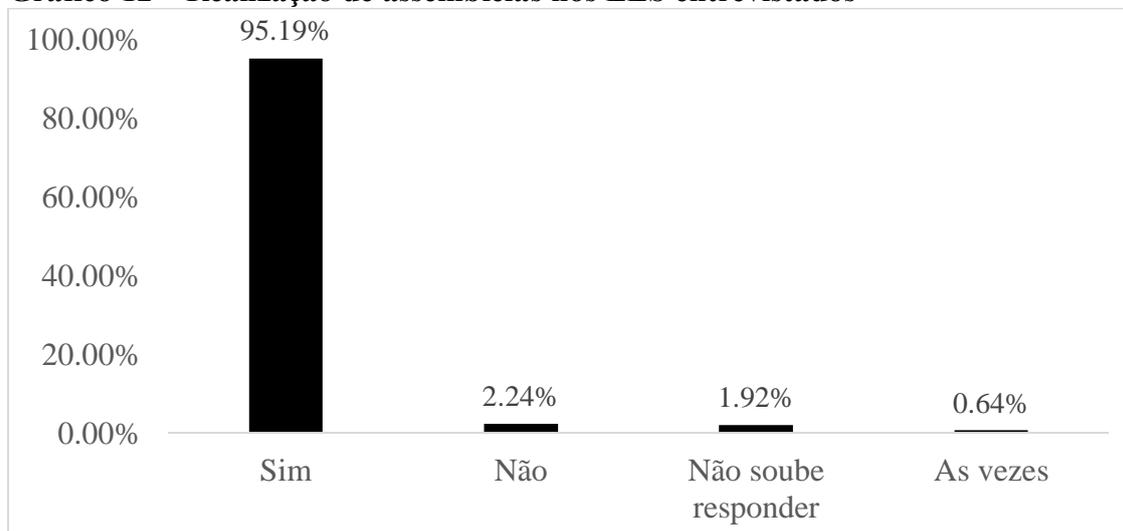
3.3.4 A autogestão nos EES de catadores de recicláveis de Alagoas

Um dos princípios da economia solidária é a prática da autogestão entre os cooperados, sendo um dos pontos levantados na pesquisa. Assim, observa-se que a autogestão está presente no dia a dia dos associados garantindo os valores de solidariedade e democracia. É através da gestão compartilhada no empreendimento entre os seus integrantes, que haverá a transformação dos trabalhadores em gestores do seu negócio e do seu futuro, abrindo portas para o desenvolvimento individual e coletivo dos seus integrantes.

Quando analisamos os dados referentes a participação dos integrantes e a gestão dos empreendimentos solidários de catadores de recicláveis de Alagoas, observamos que a grande maioria dos empreendimentos realizam assembleias (95,19%), a maioria não apresenta uma agenda determinada, realizando as assembleias quando os integrantes

acham necessário (34,2%), seguido daquelas que realizam suas assembleias uma vez a cada mês (33,2%), conforme observado nos Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12 – Realização de assembleias nos EES entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

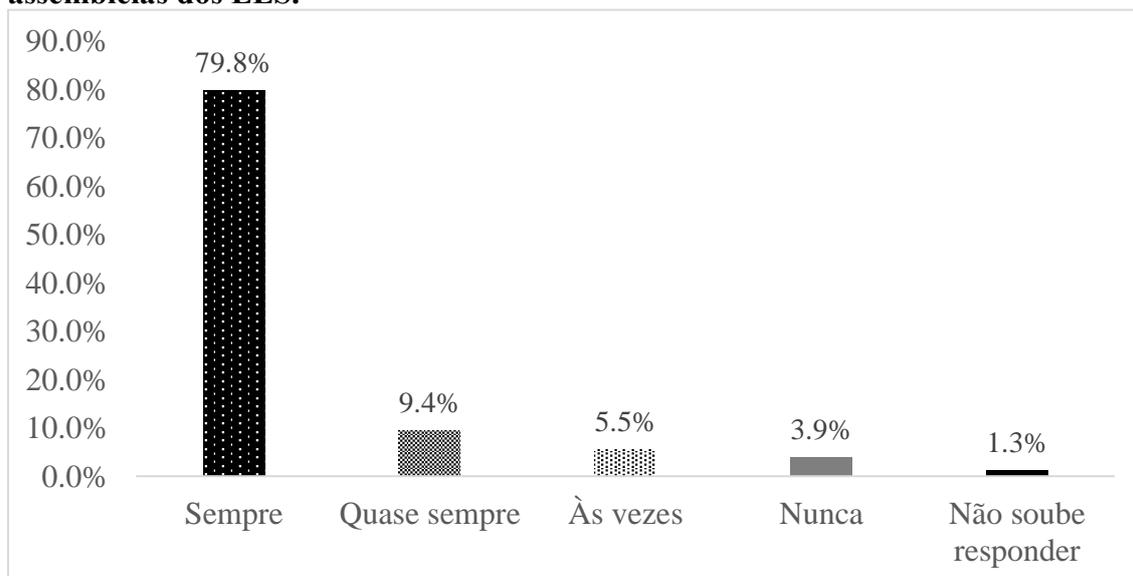
Gráfico 13 – Frequência das assembleias nos EES entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Em relação a participação nas assembleias, a maioria dos seus integrantes (79,8%), responderam que participam sempre, o que equivale a aproximadamente 4 em cada 5 dos entrevistados, seguido daqueles que participam quase sempre (9,4%), e por aqueles que as vezes participam (5,5%). Um número muito pequeno dos entrevistados (3,9%), disseram que nunca participam das assembleias e o equivalente a menor fração do grupo (1,3%) não souberam responder.

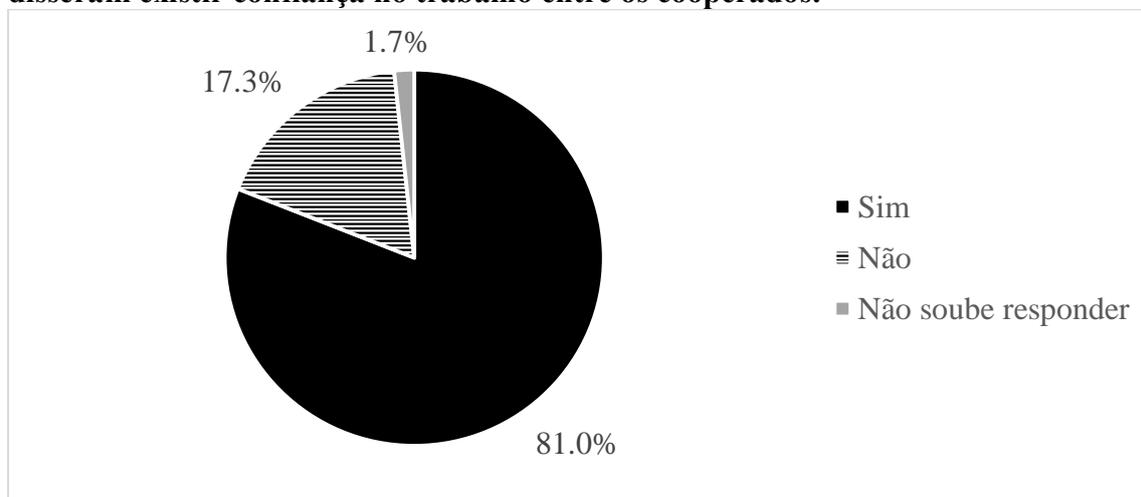
Gráfico 14 – Frequência da participação dos catadores de materiais recicláveis nas assembleias dos EES.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

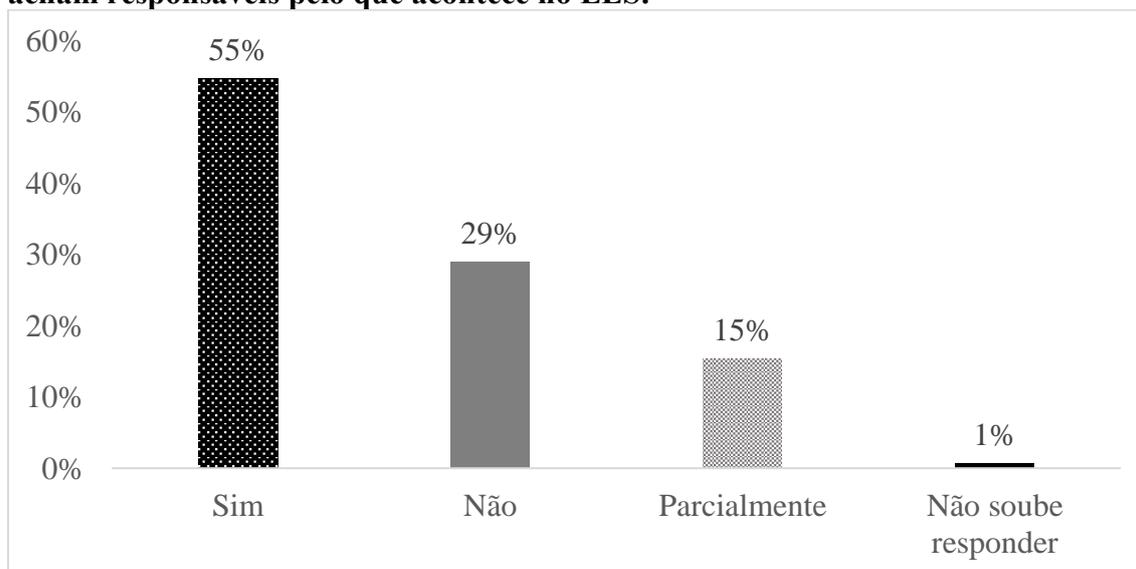
O fato de as assembleias estarem sendo realizadas com frequência e com uma grande aderência entre os associados, facilita o contato direto entre os participantes, como também, cria oportunidade para que suas ideias sejam expostas e debatidas pelo grupo, buscando a resolução dos problemas do empreendimento. Fazendo com que os laços de solidariedade sejam reforçados e o sentimento de pertencimento ao grupo aumente. Isso pode ser demonstrado através dos resultados encontrados quando os entrevistados foram perguntados sobre a confiança entre os cooperados e se as suas ações refletem diretamente no bom funcionamento do EES.

Gráfico 15 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que disseram existir confiança no trabalho entre os cooperados.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Gráfico 16 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que se acham responsáveis pelo que acontece no EES.

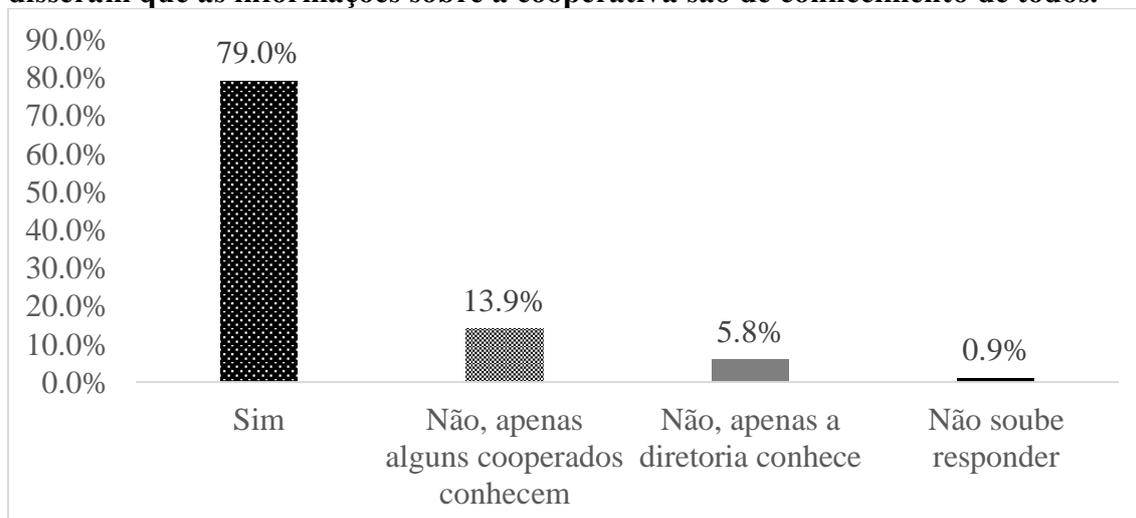


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Em relação a confiança, 81% responderam que sim, que existe dentro do EES uma relação de confiança entre os integrantes, contra 17,3% que acreditam não existir confiança e 1,7% que não soube responder. Quando questionados se consideram o que ocorre no EES está sobre sua responsabilidade, ou seja, que suas atividades e participação nas decisões, impactam diretamente no empreendimento, 55% dos entrevistados disseram que sim, contra 29% que disseram não, 15% responderam que apenas parcialmente.

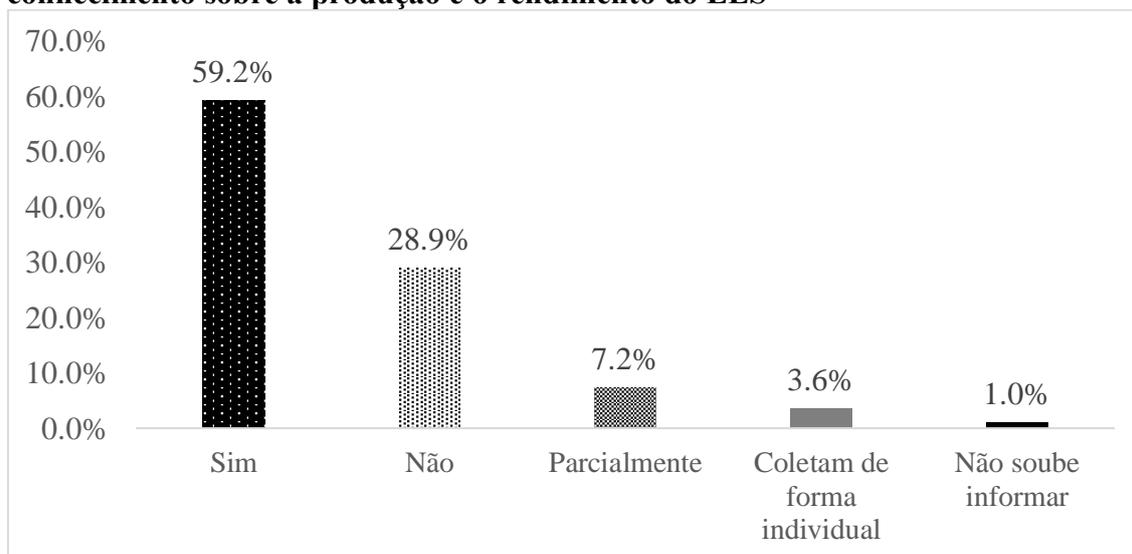
Outros dois pontos abordados na pesquisa, que reforçam a ideia da autogestão nos empreendimentos, podem ser observados nos Gráficos 17 e 18 abaixo.

Gráfico 17 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que disseram que as informações sobre a cooperativa são de conhecimento de todos.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Gráfico 18 – Alagoas: Percentual dos catadores de materiais recicláveis que possuem conhecimento sobre a produção e o rendimento do EES



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários.

Podemos perceber que as informações dos EES estão fluindo de forma democrática, e sendo de conhecimento de grande parte dos integrantes, visto que 79% dos entrevistados disseram que as informações são de conhecimento geral, contra 13,9% que pontuaram que as informações chegam para apenas alguns cooperados e 5,8% que alegam apenas a diretoria ter acesso às informações da EES, não souberam responder somara 0,9%. Em relação as informações referentes a produção e rendimento, o número dos integrantes que responderam ter conhecimento cai para 59,2%, enquanto aqueles que alegam não ter conhecimento sobe para 28,9%, seguido de 7,2% que dizem ter um conhecimento parcial.

Esse modelo de gestão da comunicação, que permite um alcance significativo entre os seus integrantes, permite uma maior participação e colaboração de cada membro. Auxiliando assim, não apenas a solução dos problemas do empreendimento, visto que a participação de todos, permite que a troca de experiências entre os integrantes auxilie na tomada de decisão, mas também, permite o desenvolvimento dos próprios membros do empreendimento, fazendo com que se sintam cada vez mais valorizados e pertencente ao grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de subdesenvolvimento não caracteriza um estágio do desenvolvimento econômico de uma região, é um processo histórico, e que mantém um modelo de centro e periferia que distingue as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Quando não existe investimentos em tecnologia, que permitam uma evolução contínua dos processos produtivos, agregando valor ao produto e gerando maiores lucros, acaba-se criando um cenário de dependência externa, buscando as inovações científica nas regiões mais desenvolvidas. Internamente, devido à baixa complexibilidade das atividades produtoras, surge uma oferta de mão-de-obra superior a demanda, ocasionando uma desvalorização da força de trabalho e como consequência, a redução dos salários da classe trabalhadora.

Observando a faixa da população, que se encontrada fora do mercado de trabalho e socialmente marginalizada pela sua condição de pobreza, que percebemos o surgimento de experimentos sociais que tem como objetivo a organização de um grupo para se reinserir no mercado de trabalho. Com base em uma filosofia solidária, essa parcela da população se organiza em empreendimentos solidários, que proporcionam emprego e renda, além da preservação da cultura local e proteção ao meio ambiente. Esses empreendimentos, utilizam dos saberes populares aliados a um modelo de gestão compartilhada entre todos os integrantes, fazendo com que gestão e a produção estejam em sintonia com a capacidade e necessidade de todos. Os empreendimentos de economia solidária surgem como uma resposta não apenas as condições de desemprego e pobreza, mas também, ao modelo econômico competitivo vigente.

O surgimento e aumento dos empreendimentos solidários, coincide com as fases mais agudas do desemprego. São nesses períodos que entidades religiosas, políticas ou sociais organizam experimentos que buscam a reinserção da parte mais vulnerável da população ao mercado de trabalho. Quando existe incentivo do poder público, através do fomento e desenvolvimentos desses experimentos, é possível observar o aparecimento de novos experimentos e como consequência, o surgimento de redes solidárias, contribuindo assim, para o desenvolvimento econômico da região.

Dentre as diversas atividades realizadas pelos empreendimentos solidários, temos os catadores de materiais recicláveis, que encontram na atividade de coleta e triagem de recicláveis o que pode ser sua última opção de trabalho e renda. Esses profissionais encontravam grandes dificuldades, visto que trabalhavam em sua maioria de maneira

autônoma, sem muitas condições e organização, e o seu trabalho é extremamente desvalorizado pela interferência de atravessadores, que compravam o material reciclado por um preço muito baixo. É nesse cenário que se fortalece a organização dos empreendimentos solidários, através de associações e cooperativas, os catadores passam a se organizar para defenderem seus direitos e conseguirem maiores retornos financeiros do seu trabalho. Foi através desses experimentos sociais que os catadores conquistaram o reconhecimento da atividade de catador no rol de profissões brasileiras, e leis que facilitaram a contratação dos empreendimentos de catadores para o serviço público.

O estudo realizado em 2021 com 25 (vinte e cinco) associações e cooperativas de catadores de recicláveis do Estado de Alagoas, em 21 dos seus 102 municípios, apresentou um número maior desses empreendimentos nas cidades de Maceió e Arapiraca. Isso se explica por serem as duas maiores cidades do Estado em população, assim como na produção de resíduos sólidos. Com base nos dados coletados através das entrevistas realizadas com os integrantes das associações e cooperativas escolhidas, foi possível traçar um perfil socioeconômico dos seus membros, que em sua maioria são mulheres com idade entre 21 e 30 anos, com o ensino médio incompleto, sem outra atividade profissional e cadastrada em algum programa social. Em relação aos empreendimentos, a grande maioria organiza assembleias regulamente e seus integrantes participam de forma ativa. Reflexo disso é o alto índice de confiabilidade entre os integrantes, além do sentimento de pertencimento ao grupo e transparência nas informações que foram encontrados na pesquisa.

É possível observar as transformações na vida dos integrantes dos empreendimentos solidários. Além dos recursos financeiros que permitem que essas pessoas possam ter melhores condições de vida, o fato de estarem exercendo uma atividade e pertencendo ao um grupo, faz com que haja um processo de desenvolvimento pessoal de cada um, através da recuperação da autoestima, motivando esses trabalhadores a continuarem a buscar seus sonhos de um mundo mais justo para todos.

Os empreendimentos de economia solidária já se mostram como uma alternativa ao combate às desigualdades criadas pelo sistema econômico vigente que relega algumas regiões uma situação de extremas desigualdades criadas pelo processo de subdesenvolvimento. Mas sem o interesse público, para investir e incentivar esses projetos, levando essas iniciativas a mais lugares e pessoas, serão ilhas de solidariedade e desenvolvimento humano e social, em um mar de desigualdade e exclusão.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). **Associações e Cooperativas**. Disponível em: < <http://www.residuossolidos.al.gov.br/coleta-seletiva/associacao>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Elementos e Características da Economia Solidária**. Revista Economia Solidária e Desenvolvimento Social: perspectivas e Desafios no Contexto da Educação Ambiental, 1 edição, cap. 6, p 80-91. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. IDH dos Estados, 2021. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante das desigualdades**. Dados, v. 50, p. 499-533, 2007.

BARAN, Paul. **Economia Política do Desenvolvimento**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BARROS, Emanuel Lucas de. **A luta dos catadores de materiais recicláveis de Alagoas**. REVISTA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO, v. 9, n. 22, p. 86-96, 2018.

BASTOS, C.P.; BRITO, G. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente, Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR). Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), 2022. Disponível em: < <https://sinir.gov.br/informacoes/plano-nacional-de-residuos-solidos/>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL – Portal da Transparência. Evolução Histórica dos Gastos com o Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. 2022. Disponível em: < <https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/215F-fomento-e-fortalecimento-da-economia-solidaria--associativismo-e-cooperativismo>>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

BORJA, Bruno. **Celso Furtado e a cultura da dependência**. OIKOS, Volume 8, n. 2. Rio de Janeiro, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional**. Sociedade e estado, v. 16, p. 245-275, 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. 2002.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundo de cultura, 1963.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, v. 16, n. 39, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades**. Caderno CRH, v. 22, p. 563-580, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, p. 211-228, 2013.

GAIGER, Luiz Inácio. **Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a economia solidária**. Otra Economía, v. 8, n. 14, p. 99-111, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária na contramarcha da pobreza**. Sociologia, problemas e práticas, n. 79, p. 43-63, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Retrospectiva 2012-2021. 2022. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaquas_PNAD_continua/2012_2021/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2021.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos catadores de Material Recicláveis e Reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004.

LEWIS, Arthur. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra**. The Manchester School, maio 1954.

MARTINS, Olga Guimarães. **Condições de vida e de trabalho na Inglaterra da Revolução Industrial**. 2008. Tese de Doutorado.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis. **Linha do Tempo**. 2022. Disponível em: < <https://www.mnccr.org.br/noticias/linha-do-tempo>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

MILANI, Ana Maria Rita. **Economia Solidária e desenvolvimento local: a experiência das mulheres artesãs em Alagoas–Brasil**. NAU Social, v. 11, n. 21, p. 293-307, 2020.

MILANI, Ana Maria Rita e BARROS, Emanuel Lucas de. **Análise socioeconômica nos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis de Alagoas no ano de 2017**. 2018.

MIZIARA, Rosana. Por uma história do lixo. InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 3, n. 1, 2011.

RODRIGUES, Miriam Lisiane Schuantes. **As cooperativas de trabalho e a terceirização: Alternativas para ampliação do mercado formal**. 2006.

SALES, João Eder. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia RBGE ISSN 2237-1664, n. 1, p. 23-34, 2010.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – SENAES 2013. Brasília. Disponível em: <sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

SENAES – Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005 – 2007). 2007. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

SENAES – Visibilidade de Fortalecimento da Economia Solidária. 2007. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAFEB1042C03/APRESENTA%C3%87%C3%83O%20SIES.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: Brasil**. IPEA. Brasília. 2013.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2000.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e estado, v. 16, p. 100-112, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados, v. 18, p. 7-22, 2004.

SINGER, Paul. **Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego**. 2009.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho Alves; SCHIOCHET, Valmor. **Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria.** O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Economia solidária e desenvolvimento social. Perspectivas e desafios no contexto da educação ambiental.** Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

TOMASIO, Manuel. **A absorção de mão-de-obra no contexto do modelo de Lewis.** Estudos de Economia. vol. II. n.3. Abr.-Jun. 1982.